



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

As Representações de Género no Discurso Jornalístico: o Crime Sexual

Maria Duarte Silvestre Colaço

Dissertação de mestrado em Ciências Policiais
Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Orientação científica:
Prof. Doutora Maria Teresa Payan Martins
ISCPSI

Alcântara, 2018

Maria Duarte Silvestre Colaço

As Representações de Género no Discurso Jornalístico: o Crime Sexual

Dissertação de mestrado em Ciências Policiais
Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Requisito necessário para a obtenção do grau de mestre em Ciências Policiais, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna

Orientação científica:
Prof. Doutora Maria Teresa Payan Martins

Instituição:
ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna

Alcântara, 2018

“«É mais fácil acusar um sexo do que
desculpar o outro», diz Montaigne. É coisa vã
distribuir censuras e prémios. Se o círculo
vicioso é tão difícil de desfazer, é porque os
dois sexos são vítimas ao mesmo tempo um do
outro; entre dois adversários defrontando-se na
sua pura liberdade, um acordo poderia
facilmente estabelecer-se: tanto mais que essa
guerra não beneficia ninguém. Mas a
complexidade provém do facto de que cada
campo é cúmplice do inimigo.”

O Segundo Sexo, volume 2, Simone de
Beauvoir

Agradecimentos

Quero, primeiramente, agradecer a todos os que de alguma forma contribuíram para que a presente dissertação fosse entregue e por me terem acompanhado e apoiado neste projeto.

Obrigada à Sara, à Tânia, à Rita. Por me compreenderem e me apoiarem nos meus objetivos de vida e por estarem presentes.

Obrigada ao Nuno e à Carolina, pela partilha de angústias e preocupações da mente de um mestrando em processo de dissertação.

Obrigada à Cláudia, por partilhar comigo a sua experiência. Pessoal, profissional e académica.

Obrigada aos meus colegas de trabalho, por compreenderem, de certa forma e apesar de tudo, as minhas frustrações, próprias da vida de um trabalhador estudante e pela força. Obrigada, também, ao sr. Jorge, pela confiança, apoio e compreensão.

Obrigada à Andreia Sanches e à Aline Flor, da redação do jornal *Público*, por se disponibilizarem para participarem numa entrevista que era importante neste trabalho.

Obrigada à professora Maria Teresa Payan Martins, por se ter disponibilizado a ser a orientadora da presente dissertação.

Obrigada à minha família, por, ao seu jeito, me apoiar e dar força para trabalhar pelos meus objetivos de vida. E por me terem educado para não desistir.

At last but not the least, quero agradecer à minha mãe. Apesar de não lhe dizer ou de o mostrar o suficiente, é o meu pilar. Sem ela, tenho dúvidas de que tivesse chegado até aqui. Obrigada, mãe.

Resumo

O projeto de investigação *Representações de género no discurso jornalístico: o crime sexual* é apresentado como dissertação de mestrado e procura verificar as diferenças nas representações de género nos *media* quanto a vítimas e agressores, recorrendo para o efeito a uma análise de todos os números dos jornais *Público* e *Correio da Manhã* do ano de 2017.

Com este estudo, pretende-se explorar as diferenças de género nas suas representações e a forma como estas diferenças acabam por influenciar os papéis sociais e a própria sociedade. Pretende-se demonstrar também que este impacto não será negativo apenas para um dos sexos, mas para ambos.

A presente investigação culmina com a discussão dos resultados obtidos a partir da análise de dados, focando-se a diferença no destaque dado a notícias sobre agressores masculinos *versus* agressores femininos e vítimas masculinas *versus* vítimas femininas.

Palavras-chave: género, representações de género, mulher, homem, jornalismo e crime sexual.

Abstract

The research project *Gender representations in journalistic discourse: the sexual crime* is presented as a master's thesis, where what is sought is to verify the differences in the gender representations in the media regarding victims and aggressors, using for this purpose an analysis of all copies of the newspapers *Público* and *Correio da Manhã* of the year 2017.

This study intends to explore the gender differences in their representations and how these differences end up impacting social roles and society itself. It is also intended to demonstrate that this impact will not be negative only for one sex, but for both.

The present investigation culminates in the discussion of the results obtained from the data analysis, focusing on the difference in the emphasis given to news about male aggressors *versus* female aggressors and male victims *versus* female victims.

Keywords: gender, gender representations, woman, man, journalism and sexual crime.

Índice

1. Introdução: Objetivos e Perguntas de Investigação.....	9
2. Revisão da Literatura:	
2.1 Explicitação de conceitos-chave.....	11
2.1.1 <i>Género</i>	11
2.1.2 <i>Representações sociais/de género</i>	12
2.1.3 <i>Mulher</i>	14
2.1.4 <i>Homem</i>	15
2.1.5 <i>Jornalismo</i>	16
2.1.6 <i>Crime sexual</i>	17
2.2 Tipificação dos crimes sexuais.....	20
2.2.1 <i>Coação sexual, artigo 163.º</i>	20
2.2.2 <i>Violação, artigo 164.º</i>	20
2.2.3 <i>Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, artigo 165.º</i> ...	20
2.2.4 <i>Abuso sexual de pessoa internada, artigo 166.º</i>	20
2.2.5 <i>Fraude sexual, artigo 167.º</i>	21
2.2.6 <i>Procriação artificial não consentida, artigo 168.º</i>	21
2.2.7 <i>Lenocínio, artigo 169.º</i>	21
2.2.8 <i>Importunação sexual, artigo 170.º</i>	21
2.2.9 <i>Abuso sexual de crianças, artigo 171.º</i>	22
2.2.10 <i>Abuso sexual de menores dependentes, artigo 172.º</i>	22
2.2.11 <i>Atos sexuais com adolescentes, artigo 173.º</i>	22
2.2.12 <i>Recurso à prostituição de menores, artigo 174.º</i>	23
2.2.13 <i>Lenocínio de menores, artigo 175.º</i>	23
2.2.14 <i>Pornografia de menores, artigo 176.º</i>	23
2.2.15 <i>Aliciamento de menores para fins sexuais, artigo 176.º - A</i>	24
2.3 Perspetivas de análise de processos jornalísticos.....	25
3 Metodologia.....	28
4 <i>Corpus</i> Analisado (jornais selecionados, justificação da seleção, caracterização das respetivas linhas editoriais).....	30
5 Levantamento e Tratamento de Dados:	

5.1 As representações dos infratores sexuais no discurso jornalístico.....	33
5.1.1 Infratores masculinos.....	33
5.1.1.1 Individuais.....	33
5.1.1.2 Coletivos.....	35
5.1.2 Infratores coletivos mistos.....	37
5.1.3 Casais m/f.....	38
5.1.4 Infratores femininos.....	39
5.1.4.1 Individuais.....	39
5.2 As representações das vítimas de crimes sexuais no discurso jornalístico.....	42
5.2.1 Vítimas masculinas.....	42
5.2.1.1 Individuais.....	42
5.2.1.2 Múltiplas.....	43
5.2.2 Vítimas femininas.....	44
5.2.2.1 Individuais.....	44
5.2.2.2 Múltiplas.....	46
5.2.3 Vítimas sem género identificado.....	47
5.2.3.1 Individuais.....	47
5.2.3.2 Múltiplas.....	47
5.2.4 Vítimas múltiplas de ambos os géneros.....	49
5.3 Abordagens conjuntas.....	50
5.4 Marcas de subjetividade/ambiguidade no discurso jornalístico relativas ao corpus analisado.....	51
5.4.1 Correio da Manhã.....	51
5.4.2 Público.....	53
7. Estudo de Caso.....	55
8. Discussão de resultados.....	56
9. Conclusão.....	58
10. Bibliografia.....	62
Anexos.....	65
Anexo I – Guião de entrevista aos jornais <i>Público</i> e <i>Correio da Manhã</i>.....	65
Anexo II – Transcrição da gravação da entrevista ao jornal <i>Público</i>.....	66

Anexo III - Gráficos com dados do destaque por infrator e vítima no jornal <i>Público</i>.....	73
Anexo IV – Gráficos com dados do destaque por infrator e vítima no jornal <i>Correio da Manhã</i>.....	74
Anexo V - Tabelas de análise de dados recolhidos do jornal <i>Público</i>.....	75
Anexo VI – Tabelas de análise de dados recolhidos do jornal <i>Correio da Manhã</i>...	82

1. Introdução: Objetivos e Perguntas de Investigação

Apesar do tema da igualdade de género ser recorrente, existem diferenças na representação de ambos os géneros, como será possível verificar no decorrer da presente investigação, que se focará nas diferenças relativas ao tratamento do crime sexual no contexto jornalístico.

O ponto de partida para esta investigação teve por base as ideias preconcebidas associadas a ambos os géneros, que nos fez concluir que afetariam visivelmente a abordagem de crimes sexuais no discurso jornalístico; Lucía Etxebarria faz um levantamento destas preconcepções na sua obra *A Eva Futura – o que significa o feminismo no século XXI*: o masculino associado à agressividade e à obsessão pelo sexo, enquanto o feminino é associado à passividade e ao evitamento da relação sexual (23 e 24).

Definem-se, assim, as perguntas de investigação:

Como são percecionados o homem e a mulher como perpetradores/vítimas de crimes sexuais?,

Como diferem as formas de tratamento deste tipo de crimes nos jornais selecionados?

Desta forma, serão nossos objetivos a definição das representações de género no discurso jornalístico, tendo em conta a importância e a influência dos *media* na sociedade atual; a definição das representações de género no crime, em especial nos crimes sexuais, devido às preconcepções que já abordámos; e a deteção de marcas de subjetividade jornalística, com exemplos específicos da mesma. Não pretendemos com esta investigação apenas mais um estudo feminista focado apenas ou principalmente nas mulheres, mas que demonstre igualmente que as diferenças nas representações de género afetam também os homens – pretende-se similarmente uma desmistificação do masculino, que é percecionado como “macho agressivo e violador por natureza” (Etxebarria, 2001, 107). Por fim, temos como objetivo principal demonstrar a existência de construções sociais associadas ao género: através da análise jornalística por ser não só um meio de transmissão de informação, mas também de perspetivas, ideias, representações, conceções.

A dissertação está organizada em seis capítulos, além do capítulo introdutório e de conclusão: na Revisão da Literatura, onde são explicitados os conceitos-chave da presente dissertação, é desenvolvida a tipificação dos crimes sexuais de acordo com o *Código*

Penal Português e são abordadas as perspectivas de análise de processos jornalísticos; na Metodologia são abordados os métodos usados na presente investigação; no terceiro capítulo, respeitante ao *Corpus* Analisado, são caracterizadas as linhas editoriais dos jornais selecionados para análise, bem como a justificação dessa seleção; no quarto capítulo, Levantamento e Tratamento de Dados, são referidos os dados recolhidos relativamente aos infratores e vítimas dos casos noticiados analisados, bem como as marcas de subjetividade detetadas no momento de recolha de dados; no penúltimo capítulo, é desenvolvido um pequeno estudo de caso onde é feita uma comparação da abordagem de ambos os jornais selecionados sobre o mesmo caso, visando a evidenciação das diferenças entre ambos; e, por fim, no último capítulo, Discussão dos Resultados, são desenvolvidas conclusões tendo por base os resultados provenientes do levantamento e tratamento de dados.

Quanto às dificuldades sentidas, existiram principalmente no contexto da recolha de dados: os jornais analisados foram consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa e houve exemplares do mês de dezembro do *Público* que não estavam ainda disponíveis aquando da fase de investigação, tendo sido analisados numa fase mais tardia. Também, quanto ao tratamento das vítimas múltiplas, por falta de clareza de certas notícias, nem sempre foi possível especificar se as vítimas de determinado agressor foram vitimizadas em coletivo (ao mesmo tempo) ou em períodos diferentes. Desta forma, adotámos a denominação de vítimas múltiplas quando nos referimos a várias vítimas do mesmo agressor, sejam em períodos distintos ou em coletivo.

Relativamente à análise noticiosa, nem sempre foram evidentes e/ou óbvios os casos de crimes sexuais, havendo alguma falta de clareza e ambiguidade, pois só foram contabilizadas notícias que descrevessem um ou mais crimes previstos no *Código Penal Português*, tipificados como crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual. Desta forma, todas as notícias onde não era óbvia a descrição de crimes como os mencionados não foram contabilizadas. Relativamente às entrevistas, foram projetadas duas – uma ao jornal *Público* e outra ao *Correio da Manhã*. Foram ambos contactados, mas apenas do *Público* houve resposta e disponibilidade para entrevista.

2. Revisão da Literatura

2.1 Explicitação de conceitos-chave

Os conceitos-chave da presente dissertação consistem em: gênero, representações de gênero, mulher, homem, jornalismo e crime sexual.

2.1.1 *Gênero*

“Há quem considere que a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo dos significados de gênero inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, pelo que esses corpos são entendidos como destinatários passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a «cultura» pertinente que «constrói» o gênero é entendida à luz dessa lei ou desse conjunto de leis, o gênero parece ser então tão determinado e fixo como era na afirmação de que «a biologia é destino». Nesse caso, não é a biologia mas a cultura que se torna destino.”. (Butler, 2017: 65)

O conceito de gênero surgiu para dividir os substantivos que pertençam a um ou a outro gênero, ou careçam do mesmo. Começou a ser usado nos anos 70, nos Estados Unidos “para revelar que as sociedades evoluíram e se desenvolveram a partir de uma infraestrutura sexual estratificada, que reserva atributos e papéis sociais diferenciados a homens e a mulheres, que justamente o termo *gênero* permite colocar em perspectiva” (Simões, 2016: 150). O aparecimento deste conceito e a importância que lhe foi concedida influenciou, efetivamente, a ação política nos Estados Unidos (onde surgiu o conceito) e na Grã-Bretanha (pelos movimentos de defesa de mulheres vítimas de abusos), que passou a concentrar-se nas políticas do corpo (violações, cuidados de saúde relacionados com a reprodução e a maternidade, abuso sexual de crianças e a violência doméstica contra as mulheres) e nas “políticas da emoção e da mente” (Simões, 2016: 307), que recaíram na crítica da ideologia patriarcal e da opressão feminina.

Segundo Butler, “o gênero são os significados culturais que o corpo sexuado assume” (2017, 62) e “não é nem resultado causal do sexo nem tão aparentemente fixo quanto o sexo.” (2017, 62). O gênero será um meio cultural através do qual o sexo se

produz e surge como anterior à cultura, tornando-se na base neutra em que esta atua (Butler, 2017, 63).

2.1.2 Representações sociais/de gênero

As representações sociais

“remetem sempre para um objecto específico, posicionado num conjunto de dimensões tendencialmente relacionadas, e para um sujeito social produtor da representação; enquanto aqueles conceitos, e especificamente o conceito de ideologia, se referem ao pensamento sobre diferentes objectos inter-relacionados sobre um conjunto de dimensões também elas inter relacionadas, fazendo muitas vezes abstracção sobre o tipo de sujeito social que está na sua origem.”. (Vala e Monteiro, 2000: 465)

A sociedade nasceu através da divisão sexual e com a distinção de dois géneros: o masculino como superior, cuja missão é trabalhar e sustentar a família, e o feminino como inferior, destinada ao dever de obediência ao primeiro e condenada à continuação da espécie (Nogueira, 2001, 179).

O espaço por excelência onde se desenvolvem as representações sociais é na esfera pública, onde o “Eu” é construído a partir do “Outro”, tendo o discurso e a ação como veículos desta construção (Silvestre, 2002, 8).

As representações sociais e as representações de género estão associadas ao conceito de “estereótipos”, que

“são estruturas cognitivas que contêm os nossos conhecimentos e expectativas, e que determinam os nossos julgamentos e avaliações acerca de grupos humanos e dos seus membros (...) [e] estão geralmente associados a características como a «raça», o género, a aparência física, a origem geográfica ou social, ou algum aspecto associado, por exemplo, à identidade religiosa, política, étnica, sexual, de alguém.”. (Vala e Monteiro, 2000: 333)

Estes estereótipos têm por base a preconceção das diferenças entre géneros como inatas e naturais, que se tratam, muitas delas, de construções sociais, apesar de serem tomadas como reais na pesquisa nas ciências sociais (Nogueira, 2001, 193).

Como é referido na obra *Sexualidade e Repressão*, “Ainda hoje subsiste a vergonhosa desigualdade dos sexos com a consequência não menos iníqua da degradação da mulher e do homem, arrastada pelos eternos companheiros da monogamia burguesa: a prostituição e o adultério.” (Münzer et alii, 1972: 55) e que “Já Freud, cuja lucidez era extraordinária, notava este facto do domínio sexual e do rebaixamento da sexualidade feminina; mas acreditava que era uma realidade ontológica, eterna, natural, quando não passava de uma expressão das relações burguesas que são impostas.” (56). Os principais veículos das representações sociais e de género serão os meios de comunicação social, dos quais se destaca a televisão pelo seu carácter audiovisual, que associa palavras a imagens, que, por sua vez, se tornam em ideias (Silvestre, 2002, 11). Citando Fentress e Wickham, relativamente às diferenças de género a nível da narrativa:

“Até o processo narrativo falado é sexuado. Ao nível prático, é notoriamente difícil sequer gravar mulheres que recordam na presença dos seus maridos: a maioria dos homens interrompe, desvaloriza as memórias das esposas, apropria-se da entrevista, prefere contar as suas histórias ou mesmo (...) contam eles próprios a história da vida das mulheres (...). E mesmo quando as mulheres têm voz própria é frequente verem-se enredadas pelo facto de os principais estilos narrativos que conhecem para comemorar o passado se aplicarem a actividades masculinas.” (1992: 171).

Costa defende que são os processos de socialização os responsáveis pelas construções sociais abordadas. Relativamente ao homem, a ideia de virilidade (“Virilidade significa actividade sexual intensa, de preferência com várias mulheres.” (Costa, 2007: 44)) está muito presente no seu processo de socialização, enquanto no caso da mulher, esta é percecionada como um objeto que se deverá entregar ao prazer masculino e submeter-se à vontade do homem. A sexualidade feminina é, desta forma, reprimida e cria-se um duplo padrão: a “virgem” e a “prostituta” – a mulher deverá “guardar-se”, ser discreta e a sua sexualidade surgirá sempre associada à do marido; assim, as mulheres que não se insiram neste tipo de comportamento serão rotuladas de promíscuas, mantendo, desta forma, os duplos padrões associados ao género.

Também Simone de Beauvoir aborda as representações de género na sua obra *O Segundo Sexo*. Afirma:

“E, em verdade, basta andar de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses e ocupações são manifestamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência gritante.”. (2016, 13-14)

2.1.3 Mulher

“Se a função da fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também a explicá-la pelo «eterno feminino», e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na Terra, teremos de formular a pergunta: que é uma mulher?”. (Beauvoir, 2016: 14)

Recorrendo ao *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, mulher é um

“1 indivíduo do sexo feminino, considerado do ponto de vista das características biológicas, do aspecto ou forma corporal, como tipo representativo de determinada região geográfica, época etc. (...) 1.1 aquela que tem a sua fisiologia e a sua vida genital percebidas como essência do ser humano feminino na sua evolução.”. (2562)

No entanto, esta definição mostra-se algo desatualizada, tendo em conta a evolução na identidade de género (que já não inclui apenas o binário masculino/feminino) e a globalização – já não é possível afirmar com toda a certeza que certa mulher é de determinada região geográfica, baseando-se apenas no seu aspeto.

Lucía Etxebarria aborda também as diferenças entre mulher e homem na sua obra *A Eva Futura*, afirmando que

“A feminilidade é uma questão genética, dado que a evolução determinou os dois sexos da espécie humana diferenciando o vigésimo terceiro par nos seus cromossomas: XX, na mulher, e XY, no homem. A diferença entre o homem e a mulher reside, primordialmente, no facto de a fêmea poder parir e o homem não.”. (16)

A autora acrescenta ainda que a condição da mulher como reprodutora, associada ao seu antigo papel de recoletora, originou algumas diferenças a nível genético. No entanto, as dissemelhanças entre homens e mulheres (e entre masculino e feminino) serão

principalmente construídas a nível social, consoante as necessidades da sociedade em que se formaram.

Simone de Beauvoir defende, também, esta tese, advogando que o chamado “caráter” da mulher não terá que ver com as suas hormonas ou com o seu cérebro, mas com a sua situação, pois o mundo feminino estará inserido no universo masculino, onde a mulher é considerada inferior, dependente, não-violenta, passiva e confinada ao doméstico (2015, 431-432).

A mesma autora aborda os defeitos associados à mulher (“mediocridade, pequenez, timidez, mesquinharia, preguiça, frivolidade, servilismo” (Beauvoir, 2015, 438)), explicando que estes surgem apenas devido ao seu confinamento – “o horizonte lhes está barrado” (Beauvoir, 2015, 438).

Beauvoir conclui, sobre a situação e caráter da mulher, que é inútil abordar a mulher em geral, tal como o é abordar o homem eterno: são escusadas as comparações de superioridade/inferioridade, pois as situações de ambos são profundamente diferentes – o homem terá mais oportunidades de liberdade no mundo, enquanto a mulher terá “de trabalhar pela sua libertação” (Beauvoir, 2015, 465).

Para concluir, fazendo apenas uma pequena referência à situação da mulher no crime, esta é considerada duplamente desviante, devido à transgressão da lei e do seu papel social. Na base desta construção da mulher desviante denuncia-se uma “visão dicotómica do feminino”, constituída por dois pólos: o da mulher “recatada, casta, doméstica e maternal” e o da mulher “frequentadora da esfera pública, devassa, descurando as responsabilidades familiares e domésticas” (Cunha, 1994, 24, citada por Matos e Machado, 2012, 37).

2.1.4 Homem

Recorrendo ao *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, homem é um

“1 mamífero da ordem dos primatas, único representante vivente do gén. Homo, da espécie Homo sapiens, caracterizado por ter cérebro volumoso, posição erecta, mãos preênsis, inteligência dotada da faculdade de abstracção e generalização, e capacidade para produzir linguagem articulada (...) 4 indivíduo

do sexo masculino (...) 7 homem (...) em que sobressaem qualidades como coragem, força, determinação, vigor sexual”. (2004)

Como referido na explicitação do conceito de mulher, também esta definição se mostra algo desatualizada e estereotipada. Primeiramente, “homem” é associado à espécie humana, tomando a parte como um todo (parte esta que se mostra dominante). E, no ponto 7, a designação de homem como alguém que detém as qualidades referidas. Mais uma vez, a presença das construções e representações sociais e de género.

Etxebarría, na sua obra *A Eva Futura*, põe em causa as construções sociais em torno do masculino, advogando que a “tese segundo a qual a violência é inerente à sexualidade masculina não foi convenientemente demonstrada” (107): a autora defende que a agressividade é inerente a ambos os sexos, tendo em conta que ambos produzem testosterona e adrenalina (as hormonas que estarão na base do comportamento agressivo) e aborda a violência doméstica como exemplo – é um comportamento aprendido e ensinado que tem por base a crença na inferioridade feminina relativamente à masculina. A autora acrescenta ainda que “O nosso velho ideal masculino – o homem duro, vigoroso e viril, que nunca chora e está sempre disposto a defender pela força os seus ideais e convicções – é fatal para as mulheres, mas é-o também para o próprio homem.” (2001, 107), advogando que os homens terão as mesmas necessidades psicológicas e emocionais que as mulheres e, desta forma, a repressão destas necessidades pelos ideais masculinos e suas representações gera frustração, que, inevitavelmente, resulta em comportamentos violentos – “paga-se um preço muito alto pela masculinidade” (Etxebarria, 2001, 108).

2.1.5 Jornalismo

O discurso jornalístico deveria ser claro, conciso e livre de opiniões pessoais (por parte do jornalista), bem como estereótipos, preconceitos ou representações sociais. Letria e Goulão suportam esta tese, referindo que a “(...) linguagem jornalística, (...) tem de ser, antes de qualquer outra coisa, sintética, rigorosa e informativa.” (1986: 6). Também Gaillard afirma: “o jornalista é hoje, mais prosaicamente, um técnico da informação.” (s/d: 5). Letria e Goulão abordam ainda os objetivos do jornalismo:

“O homem tem necessidade de informação sobre a realidade para ajudar a transformá-la. É nessa perspectiva que o jornalista deve produzir e difundir o

material informativo. Não como mercadoria, como objecto lucrativo. Mas, na perspectiva da empresa jornalística, numa sociedade como aquela em que vivemos, o jornalismo, estando sujeito às leis da oferta e da procura, é também uma actividade mercantil, um modo de vender papel, de angariar publicidade, de fazer tráfico de influências. Para isso serve o sensacionalismo, a gratuidade, a especulação, o que nos leva a evocar palavras de Orson Welles: «o verdadeiro jornalismo relata um facto. O jornalismo depravado alimenta-se dele».”. (1986: 7)

2.1.6 Crime sexual

José Martins Barra da Costa, na sua obra *Sexo, Nexo e Crime*, aborda o crime sexual como tema. O autor refere que

“O crime parece configurar uma forma de violência simbólica numa sociedade caracterizada por uns [sic] rigidez moral que, por norma, patenteia a ausência de formação e educação sexual. Encontramos, assim, neste fenómeno, dois aspectos profundamente problemáticos e complexos: a sexualidade e o desvio. Sexualidade porque os crimes sexuais compõem um [sic] trajectória individual não só ao nível do sexo, mas, essencialmente, no plano dos afectos. Desvio porque os ditos crimes incorporam uma prática que rompe com os valores consensuais e dominantes da vida em sociedade.”. (45-46)

É importante referir que em grande parte das legislações é considerada violação apenas a relação sexual entre homem e mulher sem o consentimento desta. Esta definição baseia-se nos direitos da mulher e no seu papel social. Costa explica – em tempo de guerra, a mulher era considerada um troféu que “o inimigo possuía e violava” (2007, 36); no entanto, a mulher foi ganhando uma posição na estrutura social que lhe permite a independência de certas imposições, à medida que foi deixando de ser percecionada como propriedade masculina. Este fator provoca, nos agressores sexuais, segundo o autor, frustração sexual, por se sentirem responsáveis na rejeição por parte da mulher – ao mesmo tempo que em sociedades mais conservadoras relativamente à moral sexual, as restrições que lhe estão adjacentes acabarão por servir de proteção à mulher relativamente

ao indivíduo rejeitado, pois este racionalizará esta rejeição em função das restrições dessa mesma sociedade (Costa, 2007, 41-42).

Costa, na sua investigação, apresenta três principais aspetos biológicos que acredita estarem na base da agressão sexual: genéticos, neurológicos e endócrinos (2007, 37). No entanto, considera que as teorias associadas a estes aspetos são redutoras, pois colocam o indivíduo (masculino) como dependente dos seus impulsos, provocados pelas hormonas; desta forma, conclui que a biologia por si só não parece explicar os comportamentos dos agressores sexuais (2007, 38-39). Aborda, então, modelos antropológicos, que legitimam e desculpabilizam a violência sexual através dos *media* e da pornografia; e outros que evocam dimensões comportamentais, como aptidões sociais e aspetos cognitivos, afetivos e relacionais: os violadores e os pedófilos não conseguiriam, desta forma, parceiras sexuais adultas, o que os levaria a procurar a intimidade em falta de forma ilícita ou com parceiros impróprios (2007, 39). Por fim, o autor refere as teorias que apontam “a subcultura da violência, a inadequação sexual, a frustração e o controle diferencial” (2007, 40) como explicitadoras da agressão sexual: Costa defende que “um meio socialmente desfavorável, onde a violência é palavra de ordem, pode induzir à violência sexual” (2007, 40), bem como uma generalização dos agressores sexuais a indivíduos antissociais com sintomas de esquizofrenia e que

“Os violadores denotam um sentimento de frustração e castração sexual que lhes provoca um comportamento sexual agressivo. Vivem, normalmente em desarmonia com o meio, comportamento que os conduz ao isolamento, receando revelar as suas tendências homossexuais, que apenas suprimem através da agressividade excessiva com as mulheres. Influenciados pelo complexo edipiano não conseguem estimular a sua sexualidade a não ser com uma mulher que os «obrigue» a lutar contra as suas adversidades, uma mulher que lhes dê uma falsa ilusão de força e através da qual possam «dominar»”. (2007, 40)

No entanto, após a análise de diversas teorias desenvolvidas sobre os fatores que estarão na origem da agressão sexual, o autor conclui que a violência sexual tem por base a diferença de género e a assimetria de poder na organização social – o crime sexual não estará apenas relacionado com sexo, mas também, e principalmente, com poder, sendo, de certa forma, uma expressão da “tendência social generalizada de «pôr a mulher no seu lugar»” (Costa, 2007, 42).

Treiner defende a mesma tese: vê a violação como uma forma de dominação exercida pelos homens sobre as mulheres, dado que assenta numa relação de desigualdade física entre os sexos (2007, 171). A autora aborda ainda a tendência social de culpabilizar as mulheres do crime de que foram vítimas: o vestuário, a vida noturna, etc, que, além de serem fatores secundários, divulgam também “uma determinada representação do homem, incapaz por natureza de dominar os seus impulsos sexuais” (2007, 175). Em jeito de conclusão, Treiner defende que

“A violação não é mais que a manifestação da persistência de uma representação arcaica e fundamentalmente desigual dos homens e das mulheres. Uma representação em que a mulher, mantida na posição de objeto, nem sempre acedeu ao estatuto de pessoa.” (2007, 178)

2.2. Tipificação dos crimes sexuais

Os crimes sexuais são designados no Código Penal como crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e os artigos que tipificam os mesmos fazem parte do capítulo V do *Código Penal Português*.

2.2.1 Coação sexual, artigo 163.º

Primeiro crime tipificado como crime contra a liberdade sexual no *Código Penal Português*. Consiste em coagir (por meio de violência ou de ameaça grave) outra pessoa a participar ou a sofrer ato sexual. Este crime é punido com pena de prisão de um a oito anos.

2.2.2 Violação, artigo 164.º

Consiste na coação de outra pessoa (por meio de violência ou ameaça grave) a sofrer ou a praticar cópula, coito anal ou coito oral; ou a sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos. Este crime é punido com pena de prisão de um a seis anos.

2.2.3 Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, artigo 165.º

Consiste na prática de ato sexual com pessoa inconsciente ou incapaz de opor resistência, aproveitando-se do seu estado/ incapacidade. Este crime é punido com pena de prisão de seis meses a oito anos. No entanto, se o ato sexual consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, a pena de prisão será de dois a dez anos.

2.2.4 Abuso sexual de pessoa internada, artigo 166.º

No artigo 166.º, é descrito o crime de abuso sexual de pessoa internada, que consiste no aproveitamento das funções ou do lugar que o agente exerce ou detém (estabelecimentos onde se executem penas privativas de liberdade, hospitais, hospícios,

asilos, clínicas de convalescença ou de saúde, estabelecimentos destinados a assistência ou tratamento, estabelecimentos de educação ou correção) para praticar ato sexual com pessoa que aí esteja internada ou se encontre ao cuidado do agente. Este crime é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos. No entanto, se o ato sexual consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, a punição com pena de prisão será de um a oito anos.

2.2.5 Fraude sexual, artigo 167.º

Consiste no aproveitamento fraudulento de erro sobre a identidade pessoal do agente para praticar com outra pessoa ato sexual. Este crime é punido com pena de prisão até um ano. No entanto, se o ato sexual consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, será punido com pena de prisão até dois anos.

2.2.6 Procriação artificial não consentida, artigo 168.º

Consiste na procriação artificial numa mulher sem o seu consentimento. Este crime é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.

2.2.7 Lenocínio, artigo 169.º

Consiste na fomentação, favorecimento ou facilitação de prostituição de outra pessoa, com intenção lucrativa ou como profissão. Este crime é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos. No entanto, se o crime for cometido por meio de violência ou ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, com abuso de autoridade ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou se a vítima for portadora de uma incapacidade psíquica ou situação de especial vulnerabilidade, a pena de prisão será de um a oito anos.

2.2.8 Importunação sexual, artigo 170.º

Consiste na prática de atos de carácter exibicionista, na formulação de propostas de teor sexual ou na coação de contacto de natureza sexual. Este crime é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias (caso a pena mais grave não puder ser aplicada por força de outra disposição legal).

2.2.9 Abuso sexual de crianças, artigo 171.º

Primeiro crime tipificado como crime contra a autodeterminação sexual no *Código Penal Português*. Consiste na prática de ato sexual com ou em menor de catorze anos, ou na coação da vítima a praticá-lo com outra pessoa. Este crime é punido com pena de prisão de um a oito anos. No entanto, se o ato sexual consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, a pena de prisão será de três a dez anos.

A importunação de menores de catorze anos (praticando o crime de importunação sexual, previsto no artigo 170.º), a atuação sobre os mesmos por meio de conversa, escrito, espetáculo ou objeto pornográficos, e o aliciamento dos mesmos a assistir a abusos sexuais ou atividades sexuais é punido com pena de prisão até três anos. E, no caso do agente das práticas criminais agora referidas ter intenções lucrativas, a pena de prisão é de seis meses a cinco anos.

A tentativa é, também, punível.

2.2.10 Abuso sexual de menores dependentes, artigo 172.º

Consiste na prática ou na coação da vítima para praticar os atos descritos no artigo anterior, relativamente a menores entre os catorze e os dezoito anos que tenham sido ao agente confiados para educação ou assistência. Este crime poderá ser punido com pena de prisão de um a oito anos, até um ano ou até cinco anos (as variações penais estão descritas nas alíneas do artigo 171.º e 172.º do *Código Penal Português*).

Também a tentativa é punível.

2.2.11 Atos sexuais com adolescentes, artigo 173.º

Consiste na prática do ato sexual por parte de uma pessoa maior de dezoito anos com menor entre catorze e dezasseis anos, ou a coação para que o menor pratique com outrem. O crime é punido com pena de prisão até dois anos. No entanto, se o ato sexual consistir em cópula, coito oral, coito anal ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, a pena de prisão será até três anos.

A tentativa é punível.

2.2.12 Recurso à prostituição de menores, artigo 174.º

Consiste na prática do ato sexual com menor entre catorze e dezoito anos, envolvendo pagamento ou outra contrapartida. A punição é pena de prisão até dois anos. No entanto, se o ato sexual incluir cópula, coito oral, coito anal ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, a pena de prisão será até três anos.

A tentativa é punível.

2.2.13 Lenocínio de menores, artigo 175.º

Consiste na fomentação, favorecimento ou facilitação do exercício da prostituição de menor ou no aliciamento de menor para esse fim. Este crime é punido com pena de prisão de um a oito anos.

No entanto, se o agente cometer este crime por meio de violência ou ameaça grave, através de ardil ou manobra fraudulenta, através do abuso de autoridade (por meio de relação familiar, de tutela ou curatela, de dependência hierárquica, económica ou de trabalho), atuando profissionalmente ou com intenção lucrativa, ou aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de especial vulnerabilidade da vítima, a pena de prisão será entre dois e dez anos.

2.2.14 Pornografia de menores, artigo 176.º

Consiste na utilização ou aliciamento de menor em/ para espetáculo pornográfico, fotografia, filme ou gravação pornográficos; produção, distribuição, importação, exportação, divulgação, exibição ou cedência dos mesmos; ou na posse destes materiais

com o propósito de os distribuir, importar, exportar, divulgar, exhibir ou ceder. Este crime é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

A prática destes atos a nível profissional ou com intenção lucrativa é punida com pena de prisão de um a oito anos, bem como a recorrência à violência ou ameaça grave (a e b).

Caso os atos descritos (c e d) sejam praticados utilizando material pornográfico com representação realista da vítima menor, a pena de prisão será até dois anos.

A posse, acesso ou facilitação do acesso através do sistema informático ou outro meio aos materiais referidos em (b) são punidos com pena de prisão até dois anos.

O agente que, sendo maior, assistir ou facilitar acesso a espetáculo pornográfico que envolva a participação de menores de dezasseis anos é punido com pena de prisão até três anos.

A prática dos últimos dois atos aqui referidos com intenção lucrativa é punida com pena de prisão até cinco anos.

A tentativa é punível.

2.2.15 Aliciamento de menores para fins sexuais, artigo 176.º - A

Consiste no aliciamento de menor por parte de um agente maior de idade, por meio de tecnologias de informação e de comunicação, para encontro, com a intenção da prática de quaisquer dos atos nos (n.º 1 e 2 do artigo 171.º e nas alíneas a, b e c do n.º 1 do artigo anterior). É punido com pena de prisão até um ano.

Caso este aliciamento for seguido de atos materiais que conduzam ao encontro, a pena de prisão será até dois anos.

2.3 Perspetivas de análise dos processos jornalísticos

Diariamente, existem vários acontecimentos a que os jornalistas têm acesso, tendo posteriormente de os analisar e seleccionar aqueles que se encaixam nos critérios definidos pela cultura jornalística. Como refere Bourdieu, eles usam “os seus óculos particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de uma certa maneira as coisas que vêem” (1997, 12, citado por Cerqueira, 2008, 140). Existe uma partilha de valores e formas de observar e operar entre os jornalistas, o que resulta numa cultura profissional – “A capacidade de verificar fatos, apurar, fazer perguntas, contatar fontes, o domínio das técnicas de redação jornalística, assim como a capacidade para reconhecer o que é notícia, estão entre os fatores estruturantes (...)” (Strelow, 2010: 20) desta mesma cultura, que acaba por se tornar “transorganizacional e transnacional, mas também é local, pois cada organização noticiosa tem a sua própria cultura” (Strelow, 2010: 20).

Voltando ao início da segunda metade do século XIX, a teoria explicativa do processo da construção da notícia nos países ocidentais era a teoria do espelho: as notícias deveriam refletir a realidade; e a noção-chave desta teoria era o conceito de objetividade. Ou seja, o que se pretendia no jornalismo era o “jornalista como um comunicador desinteressado, um agente empenhado em sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer.” (Strelow, 2010: 15). A autora citada refere ainda que “Em um período marcado pelo positivismo, a busca da objetividade não era privilégio do jornalismo, mas uma meta de praticamente todos os campos do conhecimento.” (2010: 15).

Outro fator a tomar em conta na rotina profissional jornalística prende-se com as fontes a que se recorre para produzir a notícia,

“ou seja, para os actores que têm voz e para aqueles que são silenciados pelo discurso jornalístico. Uma notícia contém representações de discursos de várias pessoas, mas estas vozes estão hierarquizadas, ou seja, alguma [sic] são destacadas e outras são marginalizadas”. (Cerqueira, 2008: 140)

Também é possível destacar

“a escassez de metodologias próprias, que permitam estudar o jornalismo como objeto científico particular; a preponderância de problemas de pesquisa formulados a partir do arcabouço teórico de outras áreas; o não desenvolvimento

de estratégias metodológicas híbridas ou adaptadas para o estudo do jornalismo, que consigam estabelecer um diálogo entre a pesquisa acadêmica e a prática profissional”. (Silva e Maia, 2011: 19-20)

Relativamente aos processos jornalísticos associados ao género, considera-se que os *media* continuam a secundarizar a voz feminina e a legitimar a dominação masculina; esta postura torna-se impactante na sociedade, pois os *media* “são a instituição central da actual configuração do sistema social, portanto a forma como eles constroem e descrevem ideologias é marcante na definição do sexo feminino.” (Cerqueira, 2008, 139).

Segundo Cerqueira, vários estudos em diversos países concluíram que os estereótipos prevalecem no discurso jornalístico e que as mulheres continuam a ser representadas como vítimas, com destaque para a violência doméstica (2008, 141). A autora assume ainda que as mulheres deveriam ter mais destaque nos *media* enquanto agentes ativas de sucessos, para que sejam percecionados os novos papéis sociais e laborais adotados pelo sexo feminino.

A análise desenvolvida para a presente investigação demonstrou também a questão abordada acima: há uma tendência para destacar a mulher enquanto vítima, ao passo que é desvalorizada enquanto infratora; no caso masculino, sucede o contrário: o homem é destacado enquanto infrator e desvalorizado enquanto vítima.

Desta forma, não só o sexo feminino é prejudicado pelos *media*, na medida em que é principalmente representado como vítima, perpetuando as construções e representações sociais associadas à mulher como o “sexo fraco” e como agente passivo, mas também o sexo masculino é abalado pelas mesmas construções e representações sociais: se a mulher é um agente passivo, o homem terá de ser um agente ativo; se um é o “sexo fraco”, o outro terá de ser, por oposição, o “sexo forte”. Estes estereótipos, apesar de parecerem benéficos para o sexo masculino, não o são, pois a sua representação enquanto dominante comporta também a ideia de agressividade e até de incontabilidade. Estas representações, para além de desculpabilizarem o que não é desculpável (especificamente a prática de crimes sexuais), são redutoras; a ideia por detrás da expressão “*boys will be boys*” transmite a imagem do homem como naturalmente agressivo e agressor, obcecado por sexo (como representado na expressão “só pensam numa coisa”) e pouco emotivo, por oposição à mulher vítima, passiva e demasiado emotiva.

Citando Cerqueira, “os jornalistas devem procurar “transmitir ao público uma visão mais rica e completa do Mundo” (...), pois só desta forma poderão informar correctamente o público, sem perspectivar desigualdades entre actores femininos e masculinos.” (Kovach e Rosenstiel, 2004, 11, citados por Cerqueira, 2008, 162).

3. Metodologia

A presente investigação teve por base a análise de notícias jornalísticas de dois jornais em específico – o *Público* e o *Correio da Manhã*. Foram analisados os exemplares do passado ano (2017).

Na análise das notícias jornalísticas de casos de crimes sexuais diversos aspetos foram tidos em conta: a data da publicação; a secção do jornal onde estava inserida a notícia, bem como a página, o destaque e a extensão em centímetros; o género e idade do infrator e da vítima (sempre que era dada essa informação); o tipo de crime; as marcas de subjetividade; as causas apresentadas na notícia para a ocorrência do crime; a relação entre a vítima e o infrator; e o local onde ocorreu o crime: a maioria em Portugal, mas alguns casos noticiados teriam ocorrido noutros países. É importante sublinhar que os crimes analisados correspondem apenas a notícias jornalísticas e, desta forma, podem não corresponder à criminalidade efetiva, tendo em conta que o noticiado se trata, muitas vezes, de casos não julgados em tribunal à altura da notícia.

Relativamente a casos noticiados mais do que uma vez no mesmo jornal, foram apenas contabilizados os dados referidos na primeira notícia do caso e não os *follow-up's*; este procedimento tem por base a não “contaminação” da pesquisa com dados repetidos.

Recorreu-se ao método quantitativo na recolha de dados, na medida em que se fez uma procura de padrões através da mesma. Relativamente ao tratamento de dados, foi usado o método quantitativo para a formulação de estatísticas e o qualitativo para a análise interpretativa de conteúdo. Desta forma, esta investigação foi baseada no método quantitativo no que toca à recolha de dados e, no que toca à premissa (a realidade do fenómeno social é a mente, baseia-se em construções sociais) e à finalidade (entender o contexto), teve por base o método qualitativo. Poder-se-á considerar, assim, que a presente investigação científica é de metodologia mista. Como Ana Maria Morais e Isabel Pestana Neves referem no seu artigo, a metodologia quantitativa e qualitativa são, geralmente, consideradas paradigmas incompatíveis e, preferencialmente, exclusivos; no entanto, reconhecem “que diferentes métodos de análise são úteis porque se dirigem para diferentes tipos de questões” (Morais e Neves, 2007: 76).

Tendo em conta que neste projeto é feita uma comparação de casos e que o objetivo é “demonstrar que um fenómeno é a causa de outro” (Durkheim, 2012: 149),

considera-se que também foi usado o método comparativo: “Quando (...) a produção dos factos não está ao nosso alcance e só podemos confrontá-los tais como se produziram espontaneamente, o método utilizado é o da experimentação indirecta ou método comparativo.” (Durkheim, 2012: 149).

Quanto ao tipo de investigação, tratou-se de uma investigação não experimental transversal e o tipo de estudo, explicativo. A abordagem é indutiva.

Esta investigação baseou-se na desmistificação das construções sociais e pretende-se compreender o contexto social em que são reproduzidas as representações de género associadas aos crimes sexuais. O objetivo é explicar as causas destas construções sociais.

4. *Corpus* Analisado (jornais selecionados, justificação da seleção, caracterização das respetivas linhas editoriais)

Os jornais selecionados para análise no decurso da presente investigação foram, como já foi referido, o *Correio da Manhã* e o *Público*. As razões por detrás da seleção destes jornais prendem-se com o facto de se pretender uma comparação entre um jornal com mais tiragem e um jornal que se assumisse como criterioso com as regras técnicas e deontológicas segundo as quais se rege. Sendo assim, a escolha do jornal *Correio da Manhã* prende-se com o facto de ser, segundo os dados fornecidos pela APCT, o jornal português de informação geral com mais tiragem; enquanto a escolha do jornal *Público* está ligada com as regras e valores essenciais base da atitude jornalística que assume como seus: o rigor da informação completa e fundamentada, a imparcialidade, a correção, a clareza e a concisão da escrita (Silva, 1998, parágrafo 3).

No ano de 2017, a tiragem do jornal *Correio da Manhã* foi de 780.384¹ exemplares, dos quais foram vendidos 550.000 exemplares. No caso do *Público*, no mesmo ano, a tiragem foi de 195.897 exemplares e foram vendidos 200.117².

Quanto ao estatuto editorial, o *Correio da Manhã* declara-se como um projeto jornalístico centrado nos interesses dos leitores portugueses, com respeito pelas normas deontológicas da profissão de jornalista e independente de todas as formas de poder. No sítio oficial do jornal é ainda possível ler que “O Correio da Manhã combate e denuncia todas as formas de exclusão social. Dedicar especial atenção aos direitos das crianças, mulheres, minorias e dos mais desfavorecidos.” (Ribeiro, 2015, parágrafo 7).

No caso do *Público*, é declarado como um projeto de informação que acompanha as mudanças tecnológicas e de civilização no espaço público; é orientado por critérios de rigor e criatividade editorial e recusa o sensacionalismo; procura agradar a um público plural, é independente de poderes particulares e define o seu limite como o espaço privado dos cidadãos “e tem como limiar de existência a sua credibilidade pública.” (s/a, s/d, parágrafo 10). Este jornal toma ainda uma posição acerca do seu caráter informativo: “Entre a informação-relatório e a informação-pílula, entre a recusa puritana do

¹ Dados retirados do site da APCT (Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação).

² Os exemplares vendidos (circulação) incluem os exemplares digitais, que não constam na tiragem.

espectáculo jornalístico e o novo-riquismo sensacionalista, o PÚBLICO escolhe um outro espaço: o de uma imprensa que associa criativamente padrões clássicos de profissionalismo com uma disponibilidade permanente para a inovação.” (Silva, 1998, parágrafo 5). O *Público* assume-se como credível, reconhecendo que a credibilidade pressupõe responsabilidade, responsabilidade esta que passa pela assinatura dos textos pelos jornalistas seus autores e conclui: “Obter e publicar em primeira mão uma informação sólida e credível constitui preocupação fundamental dos jornalistas do PÚBLICO.” (Silva, 1998, parágrafo 21).

Em entrevista com a dra. Andreia Sanches, editora da secção “Sociedade” do jornal *Público* e com a dra. Aline Flor, jornalista da secção Multimédia e autora do único *podcast* sobre questões de género em Portugal, foram esclarecidas e sublinhadas as linhas editoriais e diretrizes pelas quais se rege o jornal *Público*, principalmente em relação aos crimes sexuais e questões de género. As jornalistas salientaram a independência, o rigor, descomprometimento em relação a poderes públicos ou privados, sentido crítico, recusa do sensacionalismo, análise completa e complexa, enquanto diretrizes gerais e referiram os cuidados extra quando abordadas questões de género e/ou violência sexual, como a privacidade e a exploração da sua complexidade. As justificações por detrás destas diretrizes terão que ver com a tentativa de que as vítimas não sejam duplamente vitimizadas e com o não-interesse no tratamento superficial e/ou sensacionalista dos factos.

Relativamente aos jornalistas que tratam os crimes sexuais no jornal *Público*, não há, na redação, especialistas na área; no entanto, é referido pelas entrevistadas que, tendo em conta que as vítimas de violência sexual são, maioritariamente, do sexo feminino, os jornalistas interessados em questões de género são, geralmente, mais motivados para o tratamento de casos que envolvem o crime sexual.

Quanto ao destaque da notícia relativamente ao género da vítima e do agressor, as entrevistadas consideram não haver diferença. No entanto, verificámos na nossa análise, após a recolha de dados, um maior destaque das notícias sobre agressores masculinos singulares, relativamente à extensão em centímetros (onde a diferença é maior), quanto ao número de ocorrências e quanto ao número de imagens.

Quando questionadas sobre a identificação da vítima na notícia, se era consentida ou se o jornal assumia a responsabilidade, responderam que “não se identifica uma vítima”,

defendendo que não existe necessidade de o fazer. Esta discricção relativamente à vítima foi também verificada na recolha de dados, tendo em conta que na maioria das notícias analisadas do jornal *Público* não era identificado sequer o género da vítima.

5. Levantamento e Tratamento de Dados

5.1 As representações dos infratores sexuais no discurso jornalístico

5.1.1 *Infratores masculinos*

5.1.1.1 *Singulares*

Foi contabilizado um total de 169 casos de infratores masculinos individuais, entre os quais 160 correspondem a notícias do *Correio da Manhã* e 9 a notícias do *Público*. Estes valores correspondem a uma percentagem de 84,08% de infratores singulares do sexo masculino (85,56% no *Correio da Manhã* e 64,29% no *Público*).

Relativamente ao destaque, no *Correio da Manhã*, as notícias de casos nos quais o infrator era masculino teriam, no seu conjunto, 1150,6 por 1384,1 centímetros e 38 páginas completas, 167 ocorrências e 118 imagens/fotografias; o que corresponde a uma percentagem de 98,53% relativamente à área da notícia em centímetros, 88,37% relativamente às páginas completas, 86,08% quanto ao número de ocorrências e 84,89% relativamente ao número de imagens/fotografias.

No caso do *Público*, a extensão das notícias, no conjunto, perfazia 60,5 por 58 centímetros e 3 páginas completas, 11 ocorrências e 7 imagens/fotografias; o que corresponde a uma percentagem de 92,06% quanto à área da notícia em centímetros, 50% de páginas completas, 68,75% relativamente ao número de ocorrências e 70% relativamente ao número de imagens/fotografias.

Desta forma, é possível concluir, relativamente ao destaque, que as notícias sobre casos de crimes sexuais perpetrados (ou suspeitos de) por infratores singulares masculinos são, em média, mais extensas do que quando se trata de crimes cometidos por outro tipo de infratores, em ambos os jornais; no entanto, também é importante ressaltar que, no geral, é dado mais destaque a este tipo de infrator no *Correio da Manhã*. No caso deste último, devemos acrescentar as abordagens conjuntas, que incluem 21 casos, sendo que 19 dizem respeito a infratores masculinos, o que significa uma percentagem de 90,48% deste tipo de infrator no conjunto das abordagens conjuntas recolhidas.

Quanto aos tipos de crimes que envolvem o infrator singular masculino, dois destacam-se: abuso sexual de crianças, com 97 casos (94 por parte do *Correio da Manhã* e 3 por parte do *Público*), e violação, com 51 casos (47 noticiados pelo *Correio da Manhã* e 4 pelo *Público*).

No *Correio da Manhã*, 26,40% dos crimes sexuais cometidos por infratores masculinos correspondem ao crime de violação, 52,81% correspondem a abuso sexual de criança, 6,18% a abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, 1,12% a atos sexuais com adolescentes, 6,18% é relativo à pornografia de menores, 2,81% à importunação sexual, 1,12% ao lenocínio e 3,37% à coação sexual³. É ainda importante a análise por tipo de crime cometido por infratores masculinos: 90,38% nos crimes de violação, 89,52% nos crimes de abuso sexual de crianças, 91,67% nos crimes de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, 100% nos crimes de atos sexuais com adolescentes, 78,57% nos crimes de pornografia de menores, 83,33% nos crimes de importunação sexual, 33,33% nos crimes de lenocínio, 85,71% nos crimes de coação sexual.

No caso do *Público*, 44,44% dos crimes sexuais perpetrados por este tipo de infrator correspondem ao crime de violação, 33,33% ao abuso sexual de criança, 11,11% a pornografia de menores e, também, 11,11% a importunação sexual². Relativamente à análise por tipo de crime, concluímos que este tipo de infrator cometeu: 100% dos crimes de violação, 42,86% dos crimes de abuso sexual de crianças, 33,33% dos crimes de pornografia de menores e 100% do crime de importunação sexual.

Tendo em conta que é noticiado um número substancialmente mais reduzido de casos de crimes sexuais no jornal *Público* do que no *Correio da Manhã*, as percentagens relativas ao primeiro dificilmente traduzirão a realidade. No entanto, em ambas as publicações é possível verificar que os principais crimes cometidos por infratores singulares do sexo masculino são o abuso sexual de criança e a violação. Também podemos concluir que, à exceção do crime de lenocínio, os restantes crimes são, principalmente, cometidos por infratores masculinos. No caso do crime de pornografia de menores no jornal *Público*, o infrator masculino é responsável apenas por um terço dos casos.

Quanto à vitimologia, em 21 casos relacionados com infratores singulares masculinos, a vítima era masculina (20 casos no *Correio da Manhã* e 1 no *Público*), em

³ Total de 99,99% devido aos arredondamentos.

99 a vítima era feminina (96 no *Correio da Manhã* e 3 no *Público*), em 3 a vítima era masculina múltipla (apenas no *Correio da Manhã*), em 33 a vítima era feminina múltipla (apenas no *Correio da Manhã*), em apenas um caso se tratava de vítima múltipla de ambos os géneros (no *Correio da Manhã*), em 3 casos não era identificado o género da vítima, havendo apenas a informação/insinuação de que esta era singular (no *Correio da Manhã*) e em 9 casos a vítima era múltipla, mas não era identificado o género de nenhum dos elementos, ou era identificado um género de parte dos elementos, não sendo claro se se trataria de vítima masculina múltipla, feminina ou com ambos os géneros (4 casos no *Correio da Manhã* e 5 no *Público*).

Estes dados traduzem-se, no caso do *Correio da Manhã*, numa percentagem de 12,5% de vítimas masculinas deste tipo de infrator, 60% de vítimas femininas, 1,88% de vítimas masculinas múltiplas, 20,63% de vítimas femininas múltiplas, 0,63% de vítimas mistas, 1,88% de vítimas sem género identificado e 2,5% de vítimas múltiplas sem género identificado⁴.

No caso do *Público*, 11,11% das vítimas eram masculinas, 33,33% eram femininas e 55,56% eram vítimas coletivas sem género identificado.

Podemos concluir relativamente à vitimologia que as vítimas femininas (principalmente as singulares, mas as múltiplas também representam uma percentagem significativa) são as mais comuns neste tipo de infrator. Partindo apenas do caso do *Público*, não é possível chegar a esta conclusão, dado a sua discrição relativamente às vítimas, dado que a maioria das vítimas são múltiplas sem identificação de género.

Por fim, relativamente à secção do jornal, há uma predominância de casos deste tipo de infrator nas primeiras páginas, incluindo na capa da publicação, e, no caso do *Correio da Manhã*, a vasta maioria é apresentada na secção “Portugal” (com 145 casos), ao passo que, no *Público*, esta secção é substituída pela “Sociedade”.

5.1.1.2 Coletivos

Foi recolhido um total de 13 casos de infratores coletivos masculinos na pesquisa desenvolvida (11 no *Correio da Manhã* e 2 no *Público*). Isto significa uma percentagem

⁴ Total de 100,02% devido aos arredondamentos.

de 6,47% do total de infratores contabilizados. No caso do *Correio da Manhã*, a percentagem é um pouco inferior – 5,88% -, enquanto no caso do *Público* é de 14,3%.

Relativamente ao destaque, a extensão total das notícias relativas a este tipo de infratores é de 10 por 27 centímetros no caso do *Público*, o que se traduz numa área de notícia de 270 centímetros quadrados, que corresponde a 7,1% das áreas totais das notícias analisadas. Associadas a este tipo de infrator há duas ocorrências e uma imagem. Quanto à secção do jornal, este tipo de infrator surge nas secções “Sociedade” e “Mundo” e, quanto às páginas, surge na 12 e na 25.

No caso do *Correio da Manhã*, a extensão total das notícias relativas a este tipo de infratores é de 99,2 por 128,5 centímetros, que corresponde a 12747,2 centímetros quadrados de área de notícia e a 0,79% das áreas totais das notícias analisadas neste jornal. Existem ainda 3 páginas completas associadas a este tipo de infrator, bem como 12 ocorrências e 10 imagens. Quanto à secção do jornal, 8 das notícias sobre este tipo de infrator surgem na secção “Portugal”, 2 na secção “Mundo” e 1 na secção “Atualidade”.

Estes dados significam, quer no caso do *Público* quer no caso do *Correio da Manhã*, que o destaque dado às notícias de crimes (suspeitos de terem sido) perpetrados por infratores coletivos do sexo masculino é menor do que a percentagem de casos em que estes surgem. Ou seja, ao contrário do que se verificou com os infratores singulares masculinos, quando em coletivo, há uma desvalorização do crime nos *media*. Quanto às secções, verifica-se uma predominância das secções principais.

Relativamente aos tipos de crime, no caso do *Público*, uma das ocorrências deste tipo de infratores recai no abuso sexual de crianças (50%) e a outra na pornografia de menores (50%). Relativamente à análise por tipo de crime cometido por infratores coletivos masculinos, a percentagem é de 14,29% nos crimes de abuso sexual de crianças e nos crimes de pornografia de menores. Quanto ao *Correio da Manhã*, 3 recaem no crime de violação (25%), outros 3 no abuso sexual de crianças (25%), 2 na pornografia de menores (16,67%), 1 na importunação sexual (8,33%) e 3 no lenocínio (25%). Isto significa que existe, no total, uma tendência deste tipo de infratores para o abuso sexual de crianças, com uma percentagem total de 28,57%, a violação com 21,42%, bem como a pornografia de menores e o lenocínio, e a importunação sexual com 7,14%⁵. Recorrendo à análise por tipo de crime cometido por infratores coletivos masculinos, a percentagem

⁵ Total de 99,97% devido aos arredondamentos.

é de 5,77% nos crimes de violação, 2,86% nos crimes de abuso sexual de crianças, 14,29% nos crimes de pornografia de menores, 16,67% nos crimes de importunação sexual e 42,86% nos crimes de lenocínio.

Quanto à vitimologia, no caso do *Público*, uma das vítimas terá sido masculina múltipla (50%) e a outra terá sido igualmente múltipla, porém sem género identificado (50%). No caso do *Correio da Manhã*, 2 terão sido vítimas masculinas (18,18%), 2 femininas (18,18%), 1 masculina múltipla (9,09%), 4 femininas múltiplas (36,36%) e 2 múltiplas sem género identificado (18,18%)⁶. O que significa, no total, a percentagem de 15,38% de vítimas masculinas, bem como de vítimas femininas e masculinas múltiplas, 30,77% de vítimas femininas múltiplas e de 23,08% vítimas múltiplas sem género identificado. Desta forma, verificamos que há uma tendência por parte dos infratores coletivos masculinos para vítimas femininas múltiplas. Não podemos, desta forma, ignorar o padrão que verificámos até agora na vitimologia: tendo por base as notícias dos dois jornais, vimos que enquanto se denota uma tendência por parte dos infratores singulares masculinos para escolher, principalmente, vítimas femininas, denota-se, igualmente, uma tendência por parte dos infratores masculinos em coletivo para agredir vítimas femininas múltiplas.

5.1.2 *Infratores coletivos mistos*

Foi recolhido um total de 5 casos de infratores coletivos mistos na pesquisa desenvolvida (4 no *Correio da Manhã* e 1 no *Público*). Isto significa uma percentagem de 2,49% do total de infratores contabilizados. No caso do *Correio da Manhã*, a percentagem é ligeiramente inferior – 2,14% -, enquanto no caso do *Público* é de 7,14%.

Relativamente ao destaque, a extensão total das notícias relativas a este tipo de infratores é de 71,7 por 73,5 centímetros no caso do *Correio da Manhã*, o que se traduz numa área de notícia de 5269,95 centímetros quadrados, que corresponde a 0,33% das áreas totais das notícias analisadas. Associadas a este tipo de infrator há cinco ocorrências e cinco imagens. Quanto à secção do jornal, este tipo de infrator surge apenas na secção “Portugal”.

⁶ Total de 99,99% devido aos arredondamentos.

No caso do *Público*, são desenvolvidas duas páginas completas associadas a este tipo de infrator (33,33% das páginas completas relativas aos infratores), bem como uma ocorrência e uma imagem. Quanto à secção do jornal, este tipo de infrator surge na secção “Sociedade”.

Estes dados significam, no caso do *Correio da Manhã*, que o destaque dado às notícias de crimes perpetrados por infratores coletivos de ambos os sexos é substancialmente menor do que a percentagem de casos em que estes surgem. No caso do *Público*, apesar de haver apenas um caso analisado relativo a este tipo de infrator, é dado algum destaque, tendo em conta que a notícia a ele associada é de duas páginas.

Relativamente aos tipos de crime, no caso do *Público*, uma das ocorrências deste tipo de infratores recai no abuso sexual de crianças (50%) e a outra na pornografia de menores (50%). Relativamente à análise por tipo de crime cometido por infratores coletivos de ambos os sexos, a percentagem é de 14,29% nos crimes de abuso sexual de crianças e de 16,67% nos crimes de pornografia de menores. Quanto ao *Correio da Manhã*, os dois crimes analisados relativos a este tipo de infrator correspondem ao abuso sexual de crianças. Recorrendo à análise por tipo de crime cometido por infratores coletivos de ambos os sexos, a percentagem é de 1,90% no crime de abuso sexual de crianças.

Quanto à vitimologia, no caso do *Público*, a vítima terá sido múltipla sem género identificado (100%). No caso do *Correio da Manhã*, uma vítima terá sido masculina (25%), duas femininas (50%), e uma múltipla sem género identificado (25%). O que significa, no total, a percentagem de 20% de vítimas masculinas e 40% de vítimas femininas, bem como de vítimas múltiplas sem género identificado. Assim sendo, há uma predominância por parte dos infratores coletivos mistos para vítimas femininas e vítimas múltiplas (sendo que não é dada a informação do género das últimas).

5.1.3 Casais m/f

Foi recolhido um total de 6 casos de infratores em casal na pesquisa desenvolvida (5 no *Correio da Manhã* e 1 no *Público*). Isto significa uma percentagem de 2,99% do total de infratores contabilizados. No caso do *Correio da Manhã*, a percentagem é ligeiramente inferior – 2,67% -, enquanto no caso do *Público* é de 7,14%.

Relativamente ao destaque, a extensão total das notícias relativas a este tipo de infratores é de 56 por 40,5 centímetros no caso do *Correio da Manhã*, o que se traduz numa área de notícia de 2268 centímetros quadrados, que corresponde a 0,14% das áreas totais das notícias analisadas. Associadas a este tipo de infrator há cinco ocorrências e duas imagens. Quanto à secção do jornal, este tipo de infrator surge em três notícias na secção “Portugal” e duas notícias na secção “Mundo”.

No caso do *Público*, a extensão total é de 6,5 por 5 centímetros, que corresponde a 0,85% da extensão total relativa ao conjunto de infratores, e uma ocorrência. Quanto à secção do jornal, este tipo de infrator surge na secção “Sociedade”.

Estes dados significam que o destaque dado às notícias de crimes perpetrados por infratores coletivos em casal é substancialmente menor do que a percentagem de casos em que estes surgem.

Relativamente aos tipos de crime, no *Público*, o caso analisado recai no abuso sexual de crianças. No que toca à análise por tipo de crime cometido por infratores em casal, a percentagem é de 14,29% no crime de abuso sexual de crianças. Quanto ao *Correio da Manhã*, os crimes analisados relativos a este tipo de infrator correspondem a três casos de abuso sexual de crianças (42,86%) e um caso de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência (14,29%), bem como de pornografia de menores, coação sexual e lenocínio. Recorrendo à análise por tipo de crime cometido por infratores coletivos de ambos os sexos, a percentagem é de 2,86% no crime de abuso sexual de crianças, 7,14% no crime de pornografia de menores e 14,29% no crime de lenocínio, bem como de coação sexual.

Quanto à vitimologia, no caso do *Público*, a vítima terá sido feminina. No caso do *Correio da Manhã*, três vítimas terão sido femininas (60%), duas vítimas femininas múltiplas (40%). O que significa, no total, a percentagem de 66,67% de vítimas femininas e 33,33% de vítimas femininas múltiplas. Assim sendo, há uma predominância por parte dos infratores em casal para vítimas femininas.

5.1.4 Infratores femininos

5.1.4.1 Individuais

Foi recolhido um total de 8 casos de infratores femininos na presente investigação (7 no *Correio da Manhã* e 1 no *Público*). Isto significa uma percentagem de 3,98% do total de infratores contabilizados. No caso do *Correio da Manhã*, a percentagem é de 3,74% -, enquanto no caso do *Público* é de 7,14%.

Relativamente ao destaque, a extensão total das notícias relativas a este tipo de infratores é de uma página no caso do *Público*, que corresponde a 16,67% das páginas completas das notícias analisadas neste jornal. Associadas a este tipo de infrator há uma ocorrência e uma imagem. Quanto à secção do jornal, este tipo de infrator surge na secção “Sociedade”.

No caso do *Correio da Manhã*, a extensão total das notícias relativas a este tipo de infratores é de 56,5 por 60,7 centímetros, que corresponde a 3429,55 centímetros quadrados de área de notícia e a 0,21% das áreas totais das notícias analisadas neste jornal. Existem ainda 2 páginas completas associadas a este tipo de infrator, bem como 5 ocorrências e 4 imagens. Quanto à secção do jornal, 5 das notícias sobre este tipo de infrator surgem na secção “Portugal”, uma na secção “Mundo” e uma na secção “Atualidade III”.

Portanto, apesar de no caso do *Público* a amostra não ser suficiente para retirar conclusões quanto ao destaque, no caso do *Correio da Manhã* o relevo dado às notícias de crimes que envolvam infratores femininos é menor do que a percentagem de casos em que estes surgem. Ou seja, ao contrário do que se verificou com os infratores masculinos, quando o infrator se trata de uma mulher, o seu crime nos *media* é desvalorizado. Quanto às secções, verifica-se uma predominância das secções principais.

Relativamente aos tipos de crime, no caso do *Público*, a ocorrência deste tipo de infrator recai no abuso sexual de crianças (100%). No que toca à análise por tipo de crime cometido por infratores coletivos masculinos, a percentagem é de 14,29% nos crimes de abuso sexual de crianças. Quanto ao *Correio da Manhã*, 2 recaem no crime de violação (28,57%), 3 no abuso sexual de crianças (42,86%), um no abuso sexual de menores dependentes (14,29%), bem como no lenocínio (14,29%)⁷. Recorrendo à análise por tipo de crime cometido por infratores coletivos masculinos, a percentagem é de 3,85% nos crimes de violação, 2,86% nos crimes de abuso sexual de crianças e 100% nos crimes de abuso sexual de menores dependentes.

⁷ Total de 100,1% devido aos arredondamentos.

No total, cruzando os dados de ambos os jornais notamos uma tendência deste tipo de infratores principalmente para o abuso sexual de crianças, com uma percentagem total de 50%, seguido da violação com 25%.

Quanto à vitimologia, no caso do *Público*, a vítima terá sido masculina (100%). No caso do *Correio da Manhã*, 2 terão sido vítimas masculinas (28,57%), 3 femininas (42,86%), uma feminina múltipla (14,29%) e uma múltipla sem género identificado (14,29%)⁶. O que significa, no total, a percentagem de 37,5% de vítimas masculinas, bem como de vítimas femininas, 12,5% de vítimas femininas múltiplas e de vítimas múltiplas sem género identificado. Desta forma, verificamos que há uma tendência por parte dos infratores femininos para vítimas singulares, com igual preferência para ambos os géneros.

5.2 As representações das vítimas de crimes sexuais no discurso jornalístico

5.2.4 Vítimas masculinas

5.2.4.1 Singulares

Foram recolhidos 27 casos de vítimas masculinas (2 no *Público* e 25 no *Correio da Manhã*). Isto significa uma percentagem de 13,43% do total de vítimas contabilizadas (14,29% no caso do *Público* e 13,37% no caso do *Correio da Manhã*).

Relativamente ao destaque, no *Público*, a extensão total de notícia associada a este tipo de vítima é de 5 por 11,5 centímetros e 1 página completa, 2 ocorrências e 1 imagem. O que se traduz em 2,54% da extensão total das notícias relativas às vítimas identificadas; 16,67% das páginas completas; 12,5% das ocorrências e 10% das imagens. Quanto à secção do jornal, as ocorrências reúnem-se principalmente na “Sociedade”. É possível concluir, através destes dados, que no jornal *Público*, em casos de vítimas masculinas o destaque conferido é ligeiramente inferior ao número de casos; no entanto, é importante atentar à pequena amostra noticiada neste jornal. Quanto ao *Correio da Manhã*, a extensão total das notícias é de 194,2 por 232,5 centímetros e cinco páginas completas, 25 ocorrências e 17 imagens. O que se traduz em 4,08% da extensão total das notícias relativamente aos tipos de vítimas; 11,63% das páginas completas; 12,89% das ocorrências e 12,23% das imagens. Relativamente à secção do jornal, foca-se principalmente em “Portugal”. Verificamos que, no caso do *Correio da Manhã*, o destaque dado a este tipo de vítimas é significativamente inferior ao número de casos noticiados e nos restantes aspetos associados ao destaque, a percentagem é ligeiramente inferior.

No que toca à tipologia de crime associados a este tipo de vítima, no *Correio da Manhã*, trata-se de violação (5 casos – 17,86%), abuso sexual de crianças (13 casos – 46,43%), abuso sexual de pessoa incapaz de resistência (5 casos – 17,86%), atos sexuais com adolescentes (1 caso – 3,57%), abuso sexual de menores dependentes (1 caso – 3,57%), pornografia de menores (1 caso – 3,57%) e coação sexual (2 casos – 7,14%). Recorrendo à análise por tipo de crime, no caso da violação as vítimas masculinas constituem 9,62% das vítimas totais deste tipo de crime, 12,38% no abuso sexual de

crianças, 41,67% no abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, 50% nos atos sexuais com adolescentes, 100% no abuso sexual de menores dependentes, 7,14% na pornografia de menores e 28,57% na coação sexual. No *Público*, 1 caso corresponde ao crime de violação (50%) e o outro corresponde ao abuso sexual de crianças (50%). Quanto à análise por tipo de crime, no caso da violação, 25% dos casos correspondem a vítimas masculinas, e 14,29% no caso do abuso sexual de crianças. Desta forma, é possível verificar que a maioria deste tipo de vítimas é principalmente alvo dos crimes de violação e abuso sexual de crianças.

No que concerne aos infratores, no *Correio da Manhã*, 20 casos foram cometidos por infratores singulares masculinos (80%), dois casos foram cometidos por um infrator singular feminino (8%), 2 casos foram cometidos por infratores coletivos masculinos (8%) e um caso foi cometido por um infrator misto de ambos os géneros (4%). No caso do *Público*, um caso foi cometido por um infrator masculino (50%) e o outro foi cometido por um infrator feminino (50%). Desta forma, é possível verificar que a maioria das vítimas masculinas é vítima de infratores singulares masculinos.

5.2.4.2 Múltiplas

Foram recolhidos 5 casos de vítimas masculinas (1 no *Público* e 4 no *Correio da Manhã*). Isto significa uma percentagem de 2,49% do total de vítimas contabilizadas (7,14% no caso do *Público* e 2,67% no caso do *Correio da Manhã*).

Relativamente ao destaque, no *Público*, a extensão total de notícia associada a este tipo de vítima é de 5 por 15,5 centímetros, uma ocorrência e uma imagem. O que se traduz em 3,43% da extensão total das notícias relativas às vítimas identificadas; 6,25% das ocorrências e 10% das imagens. Quanto à secção do jornal, a ocorrência reúne-se em “Mundo”, secção esta que corresponde às páginas intermédias (neste caso, página 25). É possível concluir, através destes dados, que no jornal *Público*, em casos de vítimas masculinas múltiplas o destaque associado é inferior ao número de casos; no entanto, como já foi referido, é importante atentar à pequena amostra noticiada neste jornal. No que diz respeito ao *Correio da Manhã*, a extensão total das notícias é de 10,5 por 12 centímetros e três páginas completas, 5 ocorrências e 6 imagens. O que se traduz em 0,011% da extensão total das notícias relativamente aos tipos de vítimas; 2,58% das

ocorrências e 4,32% das imagens. Relativamente à secção do jornal, reparte-se em “Portugal” (2 casos), em “Mundo” e em “Sociedade” – ou seja, os casos associados a este tipo de vítima não estão, geralmente, nas primeiras páginas do jornal. Verificamos que, no caso do *Correio da Manhã*, o destaque dado a este tipo de vítimas é, relativamente à área de notícia, significativamente inferior ao número de casos noticiados; porém, nas imagens, a percentagem é superior.

Relativamente aos tipos de crime que estão associados a este tipo de vítima, no *Correio da Manhã*, trata-se de abuso sexual de crianças (3 casos – 75%) e pornografia de menores (1 caso – 25%). Recorrendo à análise por tipo de crime, no caso do abuso sexual de crianças, as vítimas masculinas múltiplas constituem 2,86% das vítimas totais deste tipo de crime e 7,14% na pornografia de menores. No *Público*, o único caso recolhido corresponde ao abuso sexual de crianças (100%). Quanto à análise por tipo de crime, no caso do abuso sexual de crianças, 14,29% dos casos correspondem a vítimas masculinas múltiplas. Desta forma, é possível verificar que a maioria deste tipo de vítimas é principalmente alvo do crime de abuso sexual de crianças.

No que toca aos infratores, no *Correio da Manhã*, 3 casos foram cometidos por infratores singulares masculinos (75%) e um caso foi cometido por um infrator coletivo masculino (25%). No caso do *Público*, o caso estudado foi cometido por um infrator coletivo masculino (100%). Desta forma, é possível verificar que a maioria das vítimas masculinas múltiplas é alvo de infratores masculinos e coletivos masculinos.

5.2.5 Vítimas femininas

5.2.5.1 Singulares

Foram recolhidos 110 casos de vítimas femininas (4 no *Público* e 106 no *Correio da Manhã*). Isto significa uma percentagem de 54,73% do total de vítimas contabilizadas (28,57% no caso do *Público* e 56,68% no caso do *Correio da Manhã*).

Relativamente ao destaque, no *Público*, a extensão total de notícia associada a este tipo de vítima é de 28,5 por 28 centímetros, 4 ocorrências e uma imagem. O que se traduz em 35,29% da extensão total das notícias relativas às vítimas identificadas; 25% das ocorrências e 10% das imagens. Quanto à secção do jornal, a maioria das ocorrências

reúnem-se em “Sociedade” e apenas uma surge em “Mundo”. É possível concluir, através destes dados, que no jornal *Público*, em casos de vítimas femininas singulares, o destaque associado é superior ao número de casos no que toca à extensão em centímetros, é inferior no número de ocorrências e no número de imagens; relativamente às secções do jornal, surge maioritariamente nas páginas principais. No que diz respeito ao *Correio da Manhã*, a extensão total das notícias é de 911,5 por 1069,7 centímetros e 19 páginas completas, 108 ocorrências e 72 imagens. O que se traduz em 88,11% da extensão total das notícias relativamente aos tipos de vítimas; 44,19% das páginas completas; 55,67% das ocorrências e 51,80% das imagens. Relativamente à secção do jornal, a grande maioria dos casos analisados reúne-se em “Portugal”. Verificamos que, no caso do *Correio da Manhã*, o destaque dado a este tipo de vítimas é, relativamente à área de notícia, significativamente superior ao número de casos noticiados; porém, o mesmo não se verifica quanto às páginas completas, em que a percentagem é inferior, assim como no caso das ocorrências e das imagens, ainda que nestas duas o seja apenas ligeiramente.

Relativamente aos tipos de crime que estão associados a este tipo de vítima, no *Correio da Manhã*, trata-se de violação (40 casos – 35,40%), abuso sexual de crianças (58 casos – 51,33%), abuso sexual de pessoa incapaz de resistência (7 casos – 6,19%), atos sexuais com adolescentes (1 caso – 0,88%), pornografia de menores (5 casos – 4,42%), lenocínio (1 caso – 0,88%) e coação sexual (1 caso – 0,88%)⁸. Recorrendo à análise por tipo de crime, no caso da violação, as vítimas femininas singulares constituem 76,92% das vítimas totais deste tipo de crime, 55,24% no abuso sexual de crianças, 58,33% no abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, 50% nos atos sexuais com adolescentes, 35,71% na pornografia de menores, 14,29% no lenocínio, bem como na coação sexual. No *Público*, 3 casos correspondem ao crime de violação (75%) e um corresponde ao abuso sexual de crianças (25%). Quanto à análise por tipo de crime, no caso da violação, 75% dos casos correspondem a vítimas femininas singulares, e 14,29% no caso do abuso sexual de crianças. Desta forma, é possível verificar que a maioria deste tipo de vítimas é principalmente alvo dos crimes de violação, abuso sexual de crianças e abuso sexual de pessoa incapaz de resistência.

Quanto aos infratores, no *Correio da Manhã*, 96 casos foram cometidos por infratores singulares masculinos (90,57%), 3 por infratores singulares femininos (2,83%),

⁸ Total de 99,98% devido aos arredondamentos.

dois por infratores coletivos masculinos (1,89%), dois por infratores coletivos de ambos os géneros (1,89%) e 3 por infratores em casal (2,83%)⁹. No caso do *Público*, 3 casos foram cometidos por infratores singulares masculinos (75%) e um por um infrator em casal (25%). Desta forma, é possível verificar que a maioria das vítimas femininas singulares é alvo de infratores masculinos singulares.

5.2.5.2 Múltiplas

Foram recolhidos 40 casos de vítimas femininas múltiplas (apenas no *Correio da Manhã*). Isto significa uma percentagem de 21,39% do total de vítimas contabilizadas.

Relativamente ao destaque, a extensão total das notícias é de 265,1 por 315,6 centímetros e 13 páginas completas, 47 ocorrências e 41 imagens. O que se traduz em 7,56% da extensão total das notícias relativamente aos tipos de vítimas; 30,23% das páginas completas; 24,23% das ocorrências e 29,50% das imagens. Relativamente à secção do jornal, a grande maioria dos casos analisados reúne-se em “Portugal”. Verificamos que o destaque dado a este tipo de vítimas é, no respeitante à área de notícia, significativamente inferior ao número de casos noticiados; porém, o mesmo não se verifica quanto às páginas completas, ocorrências e imagens, em que a percentagem é superior.

Os crimes que estão associados a este tipo de vítima tratam-se de violação (7 casos – 14,58%), abuso sexual de crianças (25 casos – 52,08%), pornografia de menores (3 casos – 6,25%), importunação sexual (6 casos – 12,5%), lenocínio (4 casos – 8,33%) e coação sexual (3 casos – 6,25%)¹⁰. Recorrendo à análise por tipo de crime, no caso da violação, as vítimas femininas singulares constituem 13,46% das vítimas totais deste tipo de crime, 23,81% no abuso sexual de crianças, 21,43% na pornografia de menores, 100% na importunação sexual, 57,14% no lenocínio e 42,86% na coação sexual. Desta forma, concluímos que, relativamente ao tipo de crime, as vítimas femininas múltiplas tendem a ser alvo de abuso sexual de crianças, principalmente.

Quanto aos infratores, 33 casos foram cometidos por infratores singulares masculinos (82,5%), um por um infrator singular feminino (2,5%), 4 por infratores

⁹ Total de 100,01% devido aos arredondamentos.

¹⁰ Total de 99,99% devido aos arredondamentos.

coletivos masculinos (10%) e 2 por infratores em casal (5%). Desta forma, é possível verificar que a maioria das vítimas femininas singulares é alvo de infratores masculinos singulares.

5.2.6 Vítimas sem género identificado

5.2.6.1 Singulares

Foram recolhidos três casos de vítimas sem género identificado na presente investigação (no *Correio da Manhã*). Isto significa uma percentagem de 1,49% do total de vítimas contabilizadas.

Relativamente ao destaque, duas vítimas sem género identificado foram referidas numa notícia constitutiva de abordagens de diferentes casos em conjunto¹¹ e a notícia relativa à terceira vítima tem a extensão de 7,5 por 5 centímetros, que corresponde a 0,0034% da extensão das notícias analisadas no *Correio da Manhã*. Associada a este tipo de vítima há uma ocorrência. Quanto à secção do jornal, a notícia relativa à vítima surge na secção “Última hora”.

O destaque dado à notícia de um crime que envolveu este tipo de vítima é ligeiramente maior do que a percentagem de casos em que surge, relativamente a outros tipos de vítimas; no entanto, é importante sublinhar que será ainda necessário atentar à análise das abordagens conjuntas e que a extensão aqui referida é relativa apenas a uma das três vítimas noticiadas. Quanto à secção, surge numa das secções finais, porém bastante destacada: normalmente a caixa de notícia sombreada a amarelo e com o título “Última hora”.

Os crimes associados a este tipo de vítima são a pornografia de menores (2 casos – 66,67%) e o lenocínio (1 caso – 33,33%). Recorrendo à análise por tipo de crime, no caso da pornografia de menores, a percentagem é de 14,29%, bem como no caso do lenocínio relativamente aos outros tipos de vítima deste crime.

Quanto aos infratores, eram singulares masculinos.

5.2.6.2 Múltiplas

¹¹ Ver “c. Abordagens conjuntas”.

Foram recolhidos 15 casos de vítimas múltiplas sem identificação de género (7 no *Público* e 8 no *Correio da Manhã*). Isto significa uma percentagem de 7,46% do total de vítimas contabilizadas (50% no caso do *Público* e 4,28% no caso do *Correio da Manhã*).

Relativamente ao destaque, no *Público*, a extensão total de notícia associada a este tipo de vítima é de 38,5 por 34,5 centímetros e 5 páginas completas, 9 ocorrências e 7 imagens. O que se traduz em 58,74% da extensão total das notícias relativas às vítimas identificadas; 83,33% das páginas completas; 56,5% das ocorrências e 70% das imagens. Quanto à secção do jornal, reúne-se principalmente na “Sociedade”. É possível concluir, através destes dados, que neste jornal é valorizada a discrição relativamente às vítimas, dado que este tipo de vítima (sobre a qual não é dada a informação do género) corresponde a grande parte do destaque associado às vítimas. Quanto ao *Correio da Manhã*, a extensão total das notícias é de 49,2 por 52,5 centímetros e duas páginas completas, 7 ocorrências e duas imagens. O que se traduz em 0,23% da extensão total das notícias relativamente aos tipos de vítimas; 4,65% das páginas completas; 3,61% das ocorrências e 1,44% das imagens. Relativamente à secção do jornal, foca-se principalmente em “Portugal”. Verificamos que, no caso do *Correio da Manhã*, o destaque dado a este tipo de vítimas é menor do que o número de casos em que surgem – ou seja, não se denota aqui a discrição que encontrámos no *Público* relativamente à vítima.

Relativamente aos tipos de crime associados a este tipo de vítima, no *Correio da Manhã*, trata-se de abuso sexual de crianças (5 casos – 55,56%), pornografia de menores (2 casos – 22,22%), lenocínio (1 caso – 11,11%) e coação sexual (1 caso - 11,11%). Recorrendo à análise por tipo de crime, no caso do abuso sexual de crianças, este tipo de vítima constitui 4,76% do total de vítimas, 14,29% na pornografia de menores, bem como no caso do lenocínio e coação sexual. No *Público*, 4 casos correspondem ao abuso sexual de crianças (50%), 3 à pornografia de menores (37,5%) e 1 à importunação sexual (12,5%). Quanto à análise por tipo de crime, no caso do abuso sexual de menores, 57,14% dos casos correspondem a vítimas múltiplas sem género identificado, bem como 100% dos casos de pornografia de menores e 100% dos casos de importunação sexual. Desta forma, é possível verificar que a maioria deste tipo de vítimas é principalmente alvo do crime de abuso sexual de crianças.

Quanto aos infratores, no *Correio da Manhã*, 4 casos foram cometidos por infratores singulares masculinos (50%), um caso foi cometido por um infrator singular feminino (12,5%), 2 casos foram cometidos por infratores masculinos múltiplos (25%) e 1 caso foi cometido por um infrator misto de ambos os géneros (12,5%). No caso do *Público*, 5 casos foram cometidos por infratores masculinos (71,43%), um foi cometido por um infrator masculino múltiplo (14,29%), bem como por um infrator coletivo de ambos os géneros (14,29%)¹². Desta forma, é possível verificar que a maioria das vítimas múltiplas sem género identificado é alvo de infratores singulares masculinos.

5.2.7 Vítimas múltiplas, de ambos os géneros

Foi recolhido apenas um caso de vítima múltipla de ambos os géneros na presente investigação (no *Correio da Manhã*). Isto significa uma percentagem de 0,50% do total de vítimas contabilizadas.

Relativamente ao destaque, a notícia relativa a este tipo de vítima tem a extensão de uma página, que corresponde a 2,33% das páginas completas das notícias analisadas no *Correio da Manhã*. Associadas a este tipo de vítima há uma ocorrência e uma imagem. Quanto à secção do jornal, a notícia relativa à vítima surge na secção “Portugal”.

Portanto, o destaque dado à notícia de um crime que envolveu este tipo de vítima é maior do que a percentagem de casos em que surge, relativamente a outros tipos de vítimas. Quanto à secção, surge numa das secções iniciais.

O tipo de crime referido na notícia era o abuso sexual de crianças. Recorrendo à análise por este tipo de crime, do qual foi alvo este tipo de vítima, a percentagem é de 0,95% relativamente aos outros tipos de vítima deste crime.

Quanto ao infrator, era singular masculino.

É importante sublinhar que este tipo de vítima, em casos de crimes sexuais, parece ser raro, tendo em conta que houve apenas um caso contabilizado entre 201 e, portanto, não é possível tecer conclusões sobre as vítimas múltiplas de ambos os géneros a partir da investigação desenvolvida.

¹² Total de 100,01% devido aos arredondamentos.

5.3 Abordagens conjuntas¹³

- Na primeira notícia analisada, em que é feita uma abordagem de diferentes casos em conjunto, foram abordados quatro casos, três deles relativos ao crime de abuso sexual de crianças e um relativo ao crime de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência; três dos infratores eram masculinos e um era em casal; três das vítimas eram femininas e uma era masculina. A notícia era acompanhada por uma imagem e a extensão em centímetros era de 25,3 por 5,3; estava inserida na secção “Portugal”.
- Na segunda notícia analisada, foram abordados cinco casos, todos relativos ao crime de abuso sexual de crianças; quanto aos infratores, quatro eram masculinos e um era feminino; relativamente às vítimas, duas eram vítimas múltiplas sem género identificado, uma era vítima feminina múltipla, uma vítima feminina e uma vítima masculina. A notícia era destacada com uma imagem, a extensão em centímetros era de 8 por 5 e estava inserida na secção “Portugal”.
- Na terceira notícia, foram abordados seis casos, todos relativos ao crime de abuso sexual de crianças e quanto aos infratores, todos eram masculinos; relativamente às vítimas, cinco eram femininas e uma era vítima múltipla sem género identificado. Uma imagem ilustrava a notícia, a extensão era de uma página completa e estava inserida na secção “Portugal”.
- Na quarta notícia, foram abordados quatro casos, dois relativos ao crime de abuso sexual de crianças e outros dois relativos ao crime de pornografia de menores; todos os infratores eram masculinos e, quanto às vítimas, duas eram femininas e as outras duas eram vítimas singulares sem género identificado. A extensão da notícia era de 15,5 por 14,5 centímetros e estava inserida na secção “Portugal”.
- Na quinta e última notícia, foram abordados dois casos, um relativo ao crime de abuso sexual de crianças e o outro relativo ao crime de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência; ambos os infratores eram masculinos, bem como as vítimas. A notícia era acompanhada por uma imagem, a extensão em centímetros era de 5 por 15,5 e estava inserida na secção “Portugal”.

¹³ Surgiram apenas no *Correio da Manhã*.

5.4 Marcas de subjetividade/ambiguidade no discurso jornalístico relativas ao *corpus* analisado

5.4.1 *Correio da Manhã*

- **Adjetivação:** caso 5 do mês de janeiro – “Ficou muito assustado e abalado com as agressões que sofreu” (adjetivos: “assustado” e “abalado”); caso 15 do mês de janeiro – “Anabela está muito combalida” (adjetivo: “combalida”); caso 6 do mês de fevereiro – “(...) empreiteiro violador” (importa referir que neste caso, para além da adjetivação em “violador”, o/a jornalista está também a atribuir a culpa ao suspeito antes de este ser julgado); caso 9 do mês de maio – “uma modesta advogada de Setúbal” (adjetivo: “modesta”); caso 15 do mês de junho – “Faz chantagem gay para abusar de menor” (adjetivo: “gay”); caso 5 do mês de julho – “Vinga traição gay com rapto e violação” (adjetivo: “gay”); caso 4 do mês de agosto – “Louco de ciúme [o agressor] (...)”; caso 4 do mês de outubro – “Aterrorizada” (o uso deste adjetivo pressupõe o conhecimento da emoção da vítima, inacessível ao jornalista).
- **Ambiguidade:** caso 1 do mês de janeiro – na referência à profissão do agressor no título da notícia (ambiguidade entre pintor artístico e pintor da construção civil); caso 2 do mesmo mês – na referência a “ataques sexuais”, que no corpo da notícia são descritos como tentativa de “apalpá-las e beijá-las”; caso 6 do mês de janeiro – a tomada de uma suspeita como certa; caso 9 a 12 do mês de janeiro – referência a 4 casos distintos na mesma notícia; caso 10 do mês de janeiro – a notícia menciona “participar com eles em jogos sexuais”, referindo-se à vítima com os agressores, no entanto, a participação pressupõe-se que seja voluntária, o que não seria o caso; caso 22 a 26 do mês de janeiro – referência a 5 casos distintos na mesma notícia; caso 10 do mês de fevereiro – “preso 12 anos por engravidar enteada de 13” (o agressor terá sido detido por abuso sexual da enteada, não por tê-la engravidado); caso 15 do mês de fevereiro – referência de 6 casos distintos na mesma notícia; caso 12 do mês de março – descrição de 4 casos diferentes na mesma notícia; caso 17 do mês de março – a palavra abuso é usada apenas duas vezes, na referência aos crimes que levaram à prisão efetiva

da arguida e no título, nas restantes vezes o crime é referido como “sexo” ou “relações sexuais”; caso 20 do mês de março – descrição de dois casos distintos na mesma notícia; caso 1 do mês de abril – “sexo com enteada que seduziu no Facebook dá 5 anos de prisão” (a referência a um caso de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como sexo); caso 10 do mês de maio – “Menor denuncia tutora e revela conversa porno”, passando a ideia de se tratar apenas de uma conversa, quando se tratou de uma alegada relação que teve a duração de 4 meses; caso 1 do mês de junho – “Presos por gravidez de menor” (a detenção dos arguidos não se terá devido à gravidez da vítima, mas ao abuso sexual que a causou); caso 1 do mês de junho – “os pais e o namorado de 33 anos” (depois é referida a idade dos pais – 33 e 35 anos); caso 16 do mês de junho – “Pai de 10 viola adolescente” (não é claro ao que se refere o jornalista quando menciona “pai de 10”); caso 8 do mês de julho – “PSP abusa sexualmente de aluna” (ao usar o termo “PSP” o jornalista cria uma generalização à instituição, quando se trata apenas de um elemento); caso 5 do mês de setembro – é referido na notícia que os crimes aconteceram entre 1997 e 2012, apesar de as idades das vítimas na altura da notícia serem 16, 18 e 20 anos; caso 13 do mês de outubro – “Menor forçada a sexo perde filho” (a vítima terá sido escravizada e violada diariamente e o filho era fruto das violações).

- **Antonómiasia:** caso 1 do mês de fevereiro – “Monstro da Graça”.
- **Inferência sem fundamentação:** caso 1 do mês de fevereiro – “Violador posto à solta sem arrependimento” (o/a jornalista faz uma dedução sem provas objetivas que a fundamentem); caso 2 do mês de março – “Nos dias seguintes, terá continuado a ter comportamentos impróprios para com a mulher.” (não definição da expressão de “comportamentos impróprios” e do que poderão incluir); caso 5 do mês de abril – “As menores não fizeram queixa por vergonha” (é feita uma dedução sem provas objetivas que a fundamentem); caso 8 do mês de abril – “Os atos foram brutais (...)”; caso 14 do mês de julho – “A mulher recusou sempre e quando começou a ficar “afrita” com a situação, gritando um “não”, foi atirada ao chão pelo homem” (a aflição associada à vítima e a que se refere o jornalista é deduzida); caso 4 do mês de novembro – “Após o crime, a vítima, mãe de dois menores, esteve dois meses de baixa médica devido à

vergonha e por não conseguir enfrentar a situação” (o/a jornalista deduz sem fundamentação lógica ou objetiva que a vítima terá ficado de baixa médica devido à “vergonha”).

- **Coloquialidade da linguagem:** caso 6 do mês de fevereiro – “Ouvida mulher de empreiteiro violador”; caso 17 do mês de fevereiro – “Infetado abusou de menor”; caso 19 do mês de março – “Caçado pela PJ por abusar da sobrinha”; caso 8 do mês de abril – “Illegal há 17 anos viola enteada”; caso 9 do mês de abril – “Abusa de homem sem pernas” (a fazer menção à debilitação da vítima dever-se-ia ter usado o termo “deficiente”); caso 3 do mês de maio – “Predador da net caçado no Brasil”; caso 2 do mês de julho – “Tarado mostra pênis a menores na escola”; caso 13 do mês de julho – “PJ caça tarado sexual”; caso 7 do mês de agosto – “Calhou o pesadelo a uma mulher de 32 anos que abriu o carro à distância. Mal se sentou, o homem armado entrou pela porta do pendura. Começava ali a noite de terror.”; caso 9 do mês de outubro – “o homem ficou agora cego e desde junho meteu na cabeça que a mulher andava com outros homens.”.
- **Personificação:** caso 8 do mês de junho – “Bolachas pagam abusos sexuais”.
- **Metáfora:** caso 4 do mês de agosto – “Começou a ter fantasmas de traição.”; caso 7 do mês de agosto – “Calhou o pesadelo a uma mulher (...) Começava ali a noite de terror.”; caso 9 do mês de outubro – “Cego de ciúmes viola a mulher desde junho”; caso 7 do mês de dezembro – “O inferno”, “o pesadelo”.
- **Discurso dramático:** caso 7 do mês de agosto – “Calhou o pesadelo a uma mulher de 32 anos que abriu o carro à distância. Mal se sentou, o homem armado entrou pela porta do pendura. Começava ali a noite de terror.”; caso 1 do mês de outubro – “Foi levado para os calabouços”.

5.4.2 Público

- **Adjetivação:** caso 3 do mês de janeiro – “demolidor”, “dramático”; caso 5 do mês de janeiro – “sensíveis”, “difíceis”.

- **Inferência sem fundamentação:** caso 1 do mês de outubro - “O alegado agressor, que possui uma obsessão pela irmã há vários anos (...)”; caso 1 do mês de dezembro – “Falsa seita”.

6. Estudo de Caso

O caso escolhido para estudo comparativo foi o número 17 do mês de março da tabela relativa ao *Correio da Manhã*, que é respetivo ao caso número 1 do mesmo mês da tabela relativa ao *Público*. Ambas as notícias surgiram no mesmo dia, 21 de março de 2017.

No *Correio da Manhã*, a notícia surge na secção “Portugal”, enquanto no jornal *Público*, surge na secção “Sociedade”. Em ambos os jornais, a notícia é bem destacada: no *Correio da Manhã* tem uma dimensão de 15,5 por 25 centímetros e surge no topo da página; no *Público* ocupa uma página completa. Em ambos os jornais, as notícias relativas ao caso têm apenas uma ocorrência e são destacadas com uma imagem.

Relativamente às marcas de subjetividade, surgem apenas no *Correio da Manhã*: o crime é referenciado normalmente como “sexo” ou “relações sexuais”, sendo apenas mencionado como “abuso” duas vezes. A referência a um crime sexual como “sexo” ou “relações sexuais” contribui para uma desvalorização do mesmo, pois a linha que separará uma coisa de outra deixa de ser nítida.

Parece haver uma discordância entre os dois jornais relativamente à idade da infratora: segundo o *Correio da Manhã* esta teria 36 anos e segundo o *Público* teria 37. Quanto à zona em que ocorreu o crime, o *Correio da Manhã* menciona Évora, mas o *Público* é mais específico: Reguengos de Monsaraz.

Em nenhum dos jornais são sugeridas ou apresentadas causas para a ocorrência do crime; e relativamente à relação entre a vítima e a infratora, no *Correio da Manhã* não é claro se o menor estaria ou não institucionalizado no Lar Infantil onde era diretora a agressora, mas esta dúvida é esclarecida pelo jornal *Público*, que confirma essa informação.

7. Discussão de resultados

Foram analisados, no decorrer da presente investigação, 201 casos de crimes noticiados nos jornais *Público* (14) e *Correio da Manhã* (187). De todos estes casos, 169 foram cometidos por infratores masculinos, 8 por infratores femininos, 13 por infratores coletivos masculinos, 5 por infratores coletivos de ambos os sexos, e 6 por infratores em casal. 27 casos tiveram vítimas masculinas, 110 vítimas femininas, 5 vítimas masculinas múltiplas, 40 vítimas femininas múltiplas, 3 vítimas de género não identificado, 15 vítimas múltiplas de género não identificado, e 1 caso teve vítimas de ambos os sexos.

Como já foi possível verificar, é dado um maior destaque a infratores singulares masculinos: estes representam 85,56% da nossa amostra de infratores no *Correio da Manhã*, mas 98,53% da área de notícia analisada é-lhes dedicada, bem como 88,37% das páginas completas, 86,08% das ocorrências e 84,89% das imagens, sendo esta última percentagem a única que não excede a proporção destaque/ número de casos; no *Público*, a nossa amostra de infratores masculinos é de 64,29%, mas 92,06% da área de notícia analisada representa este tipo de infrator, bem como 68,75% das ocorrências, 70% das imagens e 50% das páginas completas, sendo o único valor significativamente abaixo da percentagem de casos recolhidos.

Por outro lado, no caso dos infratores femininos, estes correspondem a 3,74% dos infratores analisados, no *Correio da Manhã* e 7,14% no *Público*. Neste último, este tipo de infrator teve uma representação de 16,67% das páginas completas das notícias analisadas, o que demonstra um maior destaque a este tipo de infrator relativamente ao número de casos, mas que pode derivar também da pequena amostra fornecida pelo jornal; no *Correio da Manhã*, apenas 0,21% da área de notícia analisada corresponde a casos de infratores femininos. Portanto, apesar de no caso do *Público* a amostra não ser suficiente para retirar conclusões quanto ao destaque, no caso do *Correio da Manhã* o destaque dado às notícias de crimes que envolvam infratores femininos é menor do que a percentagem de casos em que estes surgem. Ou seja, ao contrário do que se verificou com os infratores singulares masculinos, quando o infrator se trata de uma mulher, o seu crime nos *media* é desvalorizado.

Quanto às vítimas singulares masculinas, estas representam 14,29% do total de vítimas no *Público* e 13,37% no *Correio da Manhã*. No entanto, no primeiro, apenas

2,54% da área de notícia corresponde a este tipo de vítima, bem como 12,5% das ocorrências, 10% das imagens e 16,67% das páginas completas, sendo este o único valor acima da percentagem de casos; no *Correio da Manhã*, as vítimas masculinas representam apenas 4,08% da extensão total das notícias, bem como 11,63% das páginas completas, 12,89% das ocorrências e 12,23% das imagens – o destaque é inferior ao número de casos.

Quanto às vítimas singulares femininas, estas representam 28,57% dos casos no *Público* e 56,68% no *Correio da Manhã*. Representam, no primeiro, 35,29% da extensão total das notícias, 25% das ocorrências e 10% das imagens; no *Correio da Manhã*, representam 88,11% da área total de notícia analisada, 44,19% das páginas completas, 55,67% das ocorrências e 51,80% das imagens. Estes dados demonstram um maior destaque das vítimas femininas quanto à área de notícia, não incluindo os casos de páginas completas.

Ainda assim, verifica-se uma diferença entre os dois jornais – o *Público* mostra começar a abandonar a representação da mulher enquanto vítima e do homem enquanto agressor (apesar de estas representações se manterem ainda, em menor escala), enquanto a análise feita ao *Correio da Manhã* indicia, ainda, uma tendência para as manter e perpetuar.

Relativamente às marcas de subjetividade, no *Público* foram encontrados apenas 4 casos - 2 de adjetivação e 2 de inferência sem fundamentação, enquanto no *Correio da Manhã* foram assinalados 8 de adjetivação, 18 de ambiguidade, uma antonomásia, 6 de inferência sem fundamentação, 10 de coloquialidade da linguagem, uma personificação, 4 metáforas e 2 casos de discurso dramático.

8. Conclusão

O género é um meio cultural através do qual o sexo se produz e surge como anterior à cultura, tornando-se na base neutra em que esta atua. A sociedade nasceu através da divisão sexual e com a distinção de dois géneros: o masculino como superior, cuja missão é trabalhar e sustentar a família, e o feminino como inferior, destinada ao dever de obediência ao primeiro e condenada à continuação da espécie. Na base desta distinção, estão os processos de socialização, que são os responsáveis pelas construções sociais abordadas.

A sexualidade feminina é reprimida e cria-se um duplo padrão: a “virgem” e a “prostituta” – a mulher deverá “guardar-se”, ser discreta e a sua sexualidade surgirá sempre associada à do marido; assim, as mulheres que não se insiram neste tipo de comportamento, serão rotuladas de promíscuas, mantendo, desta forma, os duplos padrões associados ao género. Para além disto, quanto à mulher no crime, esta é considerada duplamente desviante, devido à transgressão da lei e ao seu papel social. Na base desta construção da mulher desviante denuncia-se uma “visão dicotómica do feminino”, constituída por dois pólos: o da mulher “recatada, casta, doméstica e maternal” e o da mulher “frequentadora da esfera pública, devassa, descurando as responsabilidades familiares e domésticas” (Cunha, 1994, 24, citada por Matos e Machado, 2012, 37).

A agressividade é inerente a ambos os sexos, tendo em conta que ambos produzem testosterona e adrenalina. A visão do masculino enquanto viril, vigoroso, agressivo e que não mostra emoções é perigosa – tanto para os homens como para as mulheres, pois os primeiros têm as mesmas necessidades psicológicas e emocionais que as segundas e, desta forma, a repressão destas necessidades pelos ideais masculinos e suas representações gera frustração, que, inevitavelmente, resulta em comportamentos violentos.

Quanto ao discurso jornalístico, este deveria ser claro, conciso e livre de opiniões pessoais, bem como estereótipos, preconceitos ou representações sociais. A linguagem jornalística deveria ser sintética, rigorosa e informativa. Como referem Letria e Goulão, “o jornalismo, (...) é também uma actividade mercantil, (...). Para isso serve o sensacionalismo, a gratuidade, a especulação, o que nos leva a evocar palavras de Orson

Welles: «o verdadeiro jornalismo relata um facto. O jornalismo depravado alimenta-se dele».” (1986: 7).

Quanto ao crime sexual, este assenta na diferença de género e na assimetria de poder na organização social – não está apenas relacionado com sexo, mas também, e principalmente, com poder, sendo, de certa forma, uma expressão da “tendência social generalizada de «pôr a mulher no seu lugar»” (Costa, 2007, 42). Existe ainda uma tendência para culpabilizar as mulheres do crime de que foram vítimas: o vestuário, a vida noturna, etc, que, além de serem fatores secundários, divulgam também “uma determinada representação do homem, incapaz por natureza de dominar os seus impulsos sexuais” (Treiner, 2007, 175).

Os crimes sexuais são designados no Código Penal como crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e os artigos que tipificam os mesmos fazem parte do capítulo V do *Código Penal Português*. São quinze: coação sexual, artigo 163.º, violação, artigo 164.º, abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, artigo 165.º, abuso sexual de pessoa internada, artigo 166.º, fraude sexual, artigo 167.º, procriação artificial não consentida, artigo 168.º, lenocínio, artigo 169.º, importunação sexual, artigo 170.º, abuso sexual de crianças, artigo 171.º, abuso sexual de menores dependentes, artigo 172.º, atos sexuais com adolescentes, artigo 173.º, recurso à prostituição de menores, artigo 174.º, lenocínio de menores, artigo 175.º, pornografia de menores, artigo 176.º, aliciamento de menores para fins sexuais, artigo 176.º - A.

Relativamente aos processos jornalísticos associados ao género, considera-se que os *media* continuam a secundarizar a voz feminina e a legitimar a dominação masculina. As mulheres continuam a ser representadas como vítimas, com destaque para a violência doméstica e têm pouco destaque nos *media* enquanto agentes ativas de sucessos. Há uma tendência para destacar a mulher enquanto vítima, ao passo que é desvalorizada enquanto infratora; no caso masculino, sucede o contrário: o homem é destacado enquanto infrator e desvalorizado enquanto vítima. Não é só o sexo feminino que é prejudicado pelos *media*, na medida em que é principalmente representado como vítima, perpetuando as construções e representações sociais associadas à mulher como o “sexo fraco” e como agente passivo, mas também o sexo masculino é abalado pelas mesmas construções e representações sociais: se a mulher é um agente passivo, o homem terá de ser um agente ativo; se um é o “sexo fraco”, o outro terá de ser, por oposição, o “sexo forte”. Estes

estereótipos, apesar de parecerem benéficos para o sexo masculino, não o são, pois a sua representação enquanto dominante comporta também a ideia de agressividade e até de incontabilidade. Estas representações, para além de desculpabilizarem o que não é desculpável (especificamente a prática de crimes sexuais), são redutoras; a ideia por detrás da expressão “*boys will be boys*” transmite a imagem do homem como naturalmente agressivo e agressor, obcecado por sexo (como representado na expressão “só pensam numa coisa”) e pouco emotivo, por oposição à mulher vítima, passiva e demasiado emotiva.

Quanto ao *corpus* analisado, o *Correio da Manhã*, selecionado por ser o jornal português de informação com mais tiragem, declara-se como um projeto jornalístico centrado nos interesses dos leitores portugueses, com respeito pelas normas deontológicas da profissão de jornalista e independente de todas as formas de poder. O *Público* é declarado como um projeto de informação que acompanha as mudanças tecnológicas e de civilização no espaço público; é orientado por critérios de rigor e criatividade editorial e recusa o sensacionalismo; procura agradar a um público plural, é independente de poderes particulares e define o seu limite como o espaço privado dos cidadãos, “tem como limiar de existência a sua credibilidade pública.” (s/a, s/d, parágrafo 10) recusa o sensacionalismo e assume-se como credível, reconhecendo que a credibilidade pressupõe responsabilidade, responsabilidade esta que passa pela assinatura dos textos pelos jornalistas seus autores e conclui: “Obter e publicar em primeira mão uma informação sólida e credível constitui preocupação fundamental dos jornalistas do PÚBLICO.” (Silva, 1998, parágrafo 21).

Relativamente à análise de dados, concluímos que as notícias sobre casos de crimes sexuais perpetrados (ou suspeitos de) por infratores singulares masculinos são, em média, mais extensas do que quando se trata de crimes cometidos por outro tipo de infratores, em ambos os jornais; no entanto, também é importante ressaltar que, no geral, é dado mais destaque a este tipo de infrator no *Correio da Manhã*. Por outro lado, o destaque dado às notícias de crimes (suspeitos de terem sido) perpetrados por infratores coletivos do sexo masculino é menor do que a percentagem de casos em que estes surgem - ao contrário do que se verificou com os infratores singulares masculinos, quando em coletivo, há uma desvalorização do crime nos *media*. No caso dos infratores coletivos de ambos os sexos, o destaque dado às notícias de crimes perpetrados por infratores coletivos

de ambos os sexos é substancialmente menor do que a percentagem de casos em que estes surgem; ressalvando que no caso específico do *Público*, apesar de haver apenas um caso analisado relativo a este tipo de infrator, é dado algum destaque, tendo em conta que a notícia a ele associada é de duas páginas. No caso dos infratores coletivos em casal, o destaque é substancialmente inferior à percentagem de casos em que estes surgem. Quanto aos infratores femininos, ao contrário do que se verificou com os infratores masculinos, o destaque é inferior ao número de casos.

Quanto às vítimas, o destaque dado às vítimas singulares e múltiplas masculinas é inferior ao número de casos noticiados; enquanto no caso das vítimas femininas singulares o destaque associado é superior ao número de casos no que toca à extensão por centímetros, mas ligeiramente inferior quanto às páginas completas, no número de ocorrências e no número de imagens. Por outro lado, o destaque dado às vítimas femininas múltiplas é, no respeitante à área de notícia, significativamente inferior ao número de casos noticiados, mas, quanto às páginas completas, ocorrências e imagens, a percentagem é superior. Relativamente às vítimas múltiplas sem género identificado, denota-se um maior destaque no jornal *Público*, o que demonstra a valorização da discricção quanto à vítima por parte deste; enquanto no *Correio da Manhã*, o destaque dado a este tipo de vítimas é menor do que o número de casos em que surgem – ou seja, não se denota aqui essa mesma discricção.

Por fim, quanto às marcas de subjetividade, no *Público* foram encontrados apenas 4 casos - 2 de adjetivação e 2 de inferência sem fundamentação, enquanto no *Correio da Manhã* foram assinalados 8 de adjetivação, 18 de ambiguidade, uma antonomásia, 6 de inferência sem fundamentação, 10 de coloquialidade da linguagem, uma personificação, 4 metáforas e 2 casos de discurso dramático.

Desta forma, como já foi possível concluir ao longo da presente investigação, apesar de haver uma luta constante no que concerne à igualdade de género, esta não se verifica, mostrando-se por vezes camuflada. Apesar de as representações de género terem por base os papéis sociais, estes são, também, alimentados por elas. E levanta-se a questão: se não existissem diferenças na representação de ambos os géneros, manter-se-iam as construções e os papéis sociais? Ou viveríamos, finalmente, numa sociedade igualitária?

9. Bibliografia

- Beauvoir, S. (2016). *O Segundo Sexo, Volume 1 – Os factos e os mitos*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Beauvoir, S. (2015). *O Segundo Sexo, Volume 2 – A experiência vivida*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Butler, J. (2017). *Problemas de Género*. Orfeu Negro: Lisboa.
- Cerqueira, C. (2008). “A Imprensa e a Perspectiva de Género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher” in *Observatorio Journal*, 5. Minho: Universidade do Minho.
- Costa, J. (2007). *Sexo, nexo e crime (Teoria e investigação da delinquência sexual)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Durkheim, É. (2012). *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Etxebarria, L. (2001). *A eva futura – o que significa o feminismo no século XXI*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Fentress, J., Wickham, Chris (1992). *Memória Social*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Gaillard, P. (s/d). *O Jornalismo*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Gomes, S., Granja, R. (2015). *Mulheres e crime – Perspetivas sobre intervenção, violência e reclusão*. Famalicão: Edições Húmus.
- Houaiss, A., Salles, M. (2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

- Letria, J., Goulão, J. (1986). *Noções de jornalismo*. Mafra: Rolo & Filhos – Artes Gráficas.
- Matos, R., Machado, C. (2012). “Criminalidade feminina e construção do género: Emergência e consolidação das perspetivas feministas na Criminologia” in *Análise Psicológica*. Lisboa: ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.
- Morais, A., Neves, I. (2007). “Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista” in *Revista Portuguesa de Educação*. Minho: Universidade do Minho.
- Münzer, T., Bröhm, J., Fraenkel, B., Reich, W. (1972). *Sexualidade e Repressão*. Lisboa: Edições Delfos.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género – Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silva, G., Maia, F. (2011). “Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico”. In *Rumores*, 10. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Silvestre, M. (2002). *Do feminino na educação em Moçambique: as representações da mulher nos manuais de Português do 3º ao 5º ano, em vigor no Estado Novo, e da 7ª à 9ª classe, na década de noventa*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Simões, R. (2016). *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas – Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media*. Porto: Mediaxxi.
- Strelow, A. (2010). *Análise Global de Processos Jornalísticos – Uma Proposta Metodológica*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

- Treiner, S. (2007). “A Violação no Mundo”. In C. Ockrent et al, *O Livro Negro da Condição das Mulheres*. Braga: Círculo de Leitores.
- Vala, J., Monteiro, M. (2000). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Webgrafia:

- *Correio da Manhã* – Conheça o Estatuto Editorial do CM. 2015. Consultado a 7 de agosto de 2018. Disponível em https://www.cmjornal.pt/mais-cm/lei-da-transparencia/detalhe/estatuto_editorial.
- *Público* – Estatuto Editorial. S/d. Consultado a 7 de agosto de 2018. Disponível em <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>.
- Silva, V. (1998). “Introdução”. In N. Pacheco et al, *Público – Livro de Estilo*. S/l: *Público*. Disponível em http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/index.html.

Anexos

Anexo I – Guião de entrevista aos jornais *Público* e *Correio da Manhã*

1. Defina as linhas editoriais que regem o jornal *Público/Correio da Manhã*?
2. Quais as diretrizes para o tratamento de casos relativos a crimes sexuais?
3. O que justifica essas diretrizes?
4. Na vossa equipa redatorial há jornalistas especializados na abordagem de crimes sexuais?
5. Se há, qual o traço distintivo do seu perfil profissional que justifique essa opção?/ Se não há, qual o critério para a atribuição do tratamento desses crimes a um jornalista?
6. Considera haver diferença de destaque da notícia quanto ao género do agressor do crime sexual?
7. E da vítima?
8. Relativamente à revelação da identidade das vítimas e dos agressores, esta é consentida ou é responsabilidade do jornal?
9. Para concluir, há algum caso de notícia relativa a um crime sexual que recorde como paradigmático do tratamento jornalístico do *Público/ Correio da Manhã*? Porquê?

Anexo II – Transcrição da gravação da entrevista ao jornal *Público*

Maria Silvestre (M): A primeira pergunta é relativa às linhas editoriais que regem o jornal *Público*, se poderiam defini-las.

Andreia Sanches (AS): Em relação a esta temática, só? É disso que estamos a falar.

M: No geral.

AS: Bom, não sei se lhe consigo responder a isso assim, porque a coisa é bem mais complexa, aí aconselho mesmo francamente a ir a uma coisa chamada *Livro de Estilo* do *Público*.

M: Sim, já consultei.

AS: Porque há uma série de... desde o princípio de independência, o rigor, do descomprometimento em relação a qualquer tipo de poderes públicos ou privados, o sentido crítico na análise da atualidade, da recusa do sensacionalismo, da procura da verdade, da multiplicidade de opiniões... Portanto, há, quero dizer, um conjunto de regras, estou-lhe aqui a dizer provavelmente algumas das mais importantes, mas seguramente há outras, mas que são essenciais na nossa... [impercetível] que abra a porta a diferentes tipos de opiniões, que procura ser o mais rigoroso possível na sua análise, também o mais complexo e mais completo, o que obriga a ouvir sempre muitas opiniões. Pronto, em relação às áreas especificamente das questões de género e das questões relacionadas com a violência sexual e a violência doméstica... há alguns cuidados extra a ter, e a Aline é a melhor pessoa para falar delas.

Aline Flor (AF): Tens mais experiência também de abordar os casos, mas acho que é mais ou menos a mesma coisa. Mas acho que na verdade é o que se [impercetível] o rejeitar o sensacionalismo [impercetível], privacidade também, o impacto que estes assuntos têm...

AS: E explorar a sua complexidade, coisa que a Aline, o trabalho dela, que ela faz muito bem, que é que estes fenómenos têm muitas razões e estão muito enraizados na cultura...

AF: ...que nós temos, na forma como olhamos para as vítimas, como olhamos para os agressores e é um caminho que se vai fazendo, aborda-se pouco para não se invadir demasiado, quando são casos pontuais, mas depois também é preciso operar, mas com cuidado e complexidade, nas fontes.

AS: Sendo que aqui há uma coisa que também é importante, fazer isto respeitando ao máximo e tentando que as vítimas não sejam duplamente penalizadas pelo facto de um assunto se poder tornar público e tema de discussão pública. Um caso muito paradigmático, acho que foi o ano passado, mas eu não sei (incompreensível) datas, porque isto é tudo muito intenso, do caso da rapariga do autocarro, no Porto... Foi no ano passado. Um vídeo que circulou, que foi muito falado e que foi... A situação que esse vídeo mostrava, envolvendo um casal, foi interpretada de maneiras muito diferentes, teve um grande debate na opinião pública, nas redes sociais, pronto. E o que nós aqui tentámos fazer foi... cá está, é uma situação que não nos interessa tanto contar que aquilo aconteceu e mostrar as imagens, não é isso que nos move, é tentar perceber o que é que se passou de facto ali, o que é que aquilo significa, o que é que revela desde logo desde as pessoas que estão a assistir e fazem ou não fazem nada ou fazem alguma coisa e portanto tentar ter uma abordagem mais...

AF: (incompreensível) Ou seja, não sabemos sequer se foi exatamente assim que se passou aquele caso, mas não chegámos a falar diretamente com a rapariga, portanto com amigas de amigas, mas ter aquela ideia de que, pronto, o que é que dali se pode perceber de fenómenos que estão a acontecer e que na verdade não estão resolvidos (incompreensível), uma série de coisas com que estamos a aprender a lidar.

M: Pronto, a segunda pergunta já tem a ver com os crimes sexuais, quais são as diretrizes para o tratamento de casos de crimes sexuais, mas acho que já me responderam a esta pergunta, e o que justifica essas diretrizes, portanto... Também já me responderam a isso.

AS: E nem é uma questão de diretrizes, quer dizer, isto é qualquer coisa que os jornalistas mesmo que não sejam especialistas, pelo menos aqui nesta casa, no *Público*, faz parte da nossa maneira de fazer jornalismo, é não se vai vitimizar uma segunda vez uma pessoa (incompreensível), portanto tem que haver esse cuidado, e não se vai abordar as coisas de forma superficial porque não nos interessa noticiar por... Não estamos à procura de qualquer tipo de sensacionalismo, quer dizer... Estamos à procura de, de facto, perceber as histórias, perceber o que é que se passou, perceber o que está por trás delas, portanto... Obviamente que depois quem trabalha mais nesta área, como é o caso da Aline e de outras jornalistas do *Público*, têm mais discurso sobre isto, são capazes de... Agora eu acho que isto é uma coisa que está no

nosso ADN enquanto jornalistas do *Público* e é assim para os crimes sexuais como é assim para outro tipo de situações, por todas as coisas que têm a ver com crianças, por exemplo, em que há obviamente um cuidado especial.

AF: Por acaso é algo que nos lembramos praticamente todos os dias, mas deve estar para aí (incompreensível) algum ponto a dizer “proteger as vítimas” (incompreensível) “e as crianças”, claramente... (incompreensível).

AS: Não dar os nomes, claro. Por exemplo, não usar os nomes das vítimas, não há necessidade nenhuma de revelar o nome de uma vítima.

M: Eu ia perguntar relativamente a isso, mas... E queria perguntar também se na vossa equipa redatorial há alguns jornalistas que sejam especializados na abordagem deste tipo de crimes.

AS: Há pessoas que escrevem mais sobre este tipo de assuntos e que se interessam mais sobre estes assuntos e sobre estas problemáticas, isso há, claramente.

M: Mas não há ninguém que tenha essa especialização?

AS: Quer dizer, eu acho que se houver alguém aqui, por exemplo, a Aline, é uma área de interesse dela há muitos anos, independentemente de ser jornalista, certo?

AF: Sim, certo.

AS: Até da sua área de estudos.

M: Interessa-se pelas questões de género, é isso?

AF: Sim, sim. Até estava a pensar, também temos outras colegas (incompreensível). Também estava a pensar na questão dos crimes sexuais (incompreensível).

AS: Sim, naturalmente que sendo também algo... Aline, agora vê se também concordas comigo ou não, sendo relativamente consensual que na violência sexual as principais vítimas são mulheres, também é normal que quem se interessa pelas questões de género esteja mais motivado para, sobretudo, fazer abordagens mais de fundo sobre as questões da violência sexual, certo? Está mais motivado porque está mais alerta para as questões de género e porque as principais vítimas são mulheres e portanto, há um campo aí que tem de se explorar por quem se interessa pelas questões de género, quando há um acontecimento que tem esse teor, é natural que essas pessoas tenham a tendência para abordar esse assunto (incompreensível).

AF: (incompreensível) há sempre mais que um fenómeno que está associado a esse tipo de crimes, estava a pensar, por exemplo, na violência doméstica

(incompreensível) qualquer jornalista daqui da “Sociedade” já está habituado a olhar para as coisas de uma forma mais complexa e de perceber que (incompreensível) qualquer pessoa tem uma abordagem que já vai ter em conta todo esse tipo de questões. Não há especialização, toda a gente no fundo tem essa sensibilidade (incompreensível).

M: Consideram haver diferença de destaque da notícia quanto ao género do agressor do crime sexual? Portanto, quando o agressor é masculino, consideram que haja mais destaque do que se o agressor for feminino?

AS: Estou aqui a tentar-me lembrar de qual foi a última notícia...

AF: Eu acho que, no geral, eu ia dizer que não e acho que de facto não há muita... Depende do contexto, mas, na semana passada ou há duas semanas houve um caso, sobre a Alemanha em que uma mãe tinha colocado o filho (incompreensível). Estava a pensar na forma como depois vi comentários sobre o título, a forma como nós tínhamos colocado aquela...

AS: Aquele título.

AF: Aquele título e... (incompreensível)

AS: (incompreensível) que ela explorava.

AF: Depois foi colocar, por exemplo, num jornal, que é muito mais fácil a questão da hierarquia... Na internet o jornal tem a tendência de... É muito difícil hierarquizar o que é importante e o que não é (incompreensível). Uma coisa que foi escrita que não era muito importante torna-se algo muito do dia... (incompreensível).

AS: Não acho que haja... Não. Não acho que isso pese. A verdade é que também o que eu ia a dizer é que olhando para a realidade portuguesa é muito raro chegar a uma informação de uma mulher que tenha agredido sexualmente um homem (incompreensível).

M: E relativamente à vítima? Quanto ao género da vítima, consideram haver mais destaque quando a vítima é feminina do que quando a vítima é masculina?

AS: Não, não sinto que seja assim... Talvez haja, talvez haja uma menor divulgação de casos em que os homens são vítimas, sejam vítimas de outros homens, sejam vítimas de mulheres. Admito que essa realidade seja uma realidade escondida, em que o homem não se vê como alguém que vai ganhar algo por divulgar a situação de que foi alvo, entre outras questões, não é? Cá está, culturais, ideia de autoimagem, enfim.

A verdade é que são menos comuns essas situações que nos chegam e que são mediáticas.

AF: (incompreensível) Números são muito menores, também. (incompreensível) A violência sexual ainda é muito do foro privado (incompreensível), e também é por isso que há pouca divulgação e não chega... (incompreensível).

M: Sim, sim, os casos em que os homens são vítimas, para além de serem menores, há menos denúncias.

AS: Por acaso na sua pesquisa houve alguma limitação de idades?

M: Não, abordei, portanto, todos os crimes que estão tipificados como crimes sexuais no código penal. Não consegui notícias relativamente a todos os crimes, houve vários crimes que não entraram na análise porque não os encontrei, mas foram todos (incompreensível). Relativamente à identidade das vítimas e dos agressores, é consentida?

AS: Nós já lhe dissemos, a identidade das vítimas não é divulgada. Admito que obviamente haja situações excecionais, mas a regra é não se identificar uma vítima de agressão sexual, não é preciso pôr lá o nome dela, para nada.

M: E, para concluir, há algum caso de notícia relativamente a um crime sexual que recordem como paradigmático do tratamento jornalístico do jornal *Público*? Algum que seja o ideal?

[Aline Flor e Andreia Sanches murmuram uma com a outra, comentando alguns casos, mas chegam à conclusão que estão relacionados com a violência doméstica. O diálogo é impercetível na gravação].

AS: Pronto, não, aí nós na violência doméstica temos feito muito, muito, muito trabalho, há muitos anos que se faz trabalhos de múltiplas vertentes. Especificamente, casos mais recentes de coisas com essa componente... (incompreensível) Quer dizer, eu estou-me a lembrar de algumas coisas, com uns contornos um bocadinho ambíguos e a mim podia-me dar jeito para responder a essa pergunta perceber que notícias é que encontrou, por exemplo. Das catorze que encontrou. E eu aí tinha mais espaço e mais facilidade para lhe dizer.

M: Sim, mas não tem de ser do ano de 2017.

AS: Posso pensar um bocadinho nisso, depois se quiser posso-lhe mandar isso por mail.

[Andreia Sanches e Aline Flor voltam a comentar casos entre elas, num tom impercetível na gravação].

AF: ...do autocarro. Aquilo foi p'raí numa terça ou quarta-feira e tínhamos a notícia, mas lá está, era o caso de uma rapariga, não sabíamos como também abordar... Depois, o *Correio da Manhã* mete aquele vídeo na internet, e depois a notícia quando se calhar chegou ao jornal já era...

AS: Aquilo já estava a explodir nas redes sociais, era uma coisa...

M: Pois, eu só analisei mesmo em papel.

AS: Não, mas é que isto saiu em papel, imenso, portanto... Tire o título e veja mais ou menos a data, porque estas coisas saíram todas... Esta polémica saiu até em mais do que uma notícia e em diferentes dias, isto deu pano para mangas. Agora, há aqui uma coisa que é, será que no seu critério isto era um crime sexual? A minha dúvida agora é essa. Porque se a sua leitura foi estritamente de código penal, onde é que...? Não sei qual é que é a tipificação, mas é uma coisa interessante para perceber, porque é; isto é um caso, caso não se lembre, é um vídeo em que mostra...

M: Lembro-me do vídeo, sim.

AS: ...uma situação em que tanto pode ser uma coisa consentida, como a rapariga pode estar alcoolizada, como pode não estar, não sabemos. É um vídeo que mostra uma situação que é uma situação que é, aos olhos de muitas pessoas, chocante, okay? Na sua tipificação, isto entrava numa coisa de agressão sexual ou não?

M: Provavelmente não.

AS: Porque?

M: É demasiado ambíguo. Não posso tipificar como...

AS: É que, se calhar, num outro jornal qualquer, esta notícia aparece com um título que é “Rapariga é abusada em autocarro”. Pronto, e aí já entra.

M: Compreendo.

AS: Ou seja, num outro jornal, se o título fosse “Rapariga é abusada em autocarro” já entrava. E aqui, como nós não usamos esse título porque manifestamente a coisa era demasiado... Tinha muitas *nuances*, havia ali muitas *nuances*. E se calhar aqui, no *Público*, já não entraria. Francamente, no seu trabalho acho que deve fazer um bocadinho essa reflexão, porque pode, se calhar, se este título, agora imagine, num outro jornal que analisou, tivesse esse título, entrava na estatística e isso depois

também tem a ver com a tal disparidade que encontrou das cento e não sei quantas e das catorze.

AF: Ainda me lembro da conversa que tivemos a falar sobre essa notícia, porque aconteceu aquilo, tinha aquela referência, por exemplo, eu lembro-me que na altura, a cena era, deram o nome da violação, e isso estava claro, ou seja, podia ser uma notícia onde no *Correio da Manhã* terá aparecido como uma violação...

AS: Nem sei, eu nem me lembro.

AF: E nós... (incompreensível).

AS: Não sei como é que foi, isto agora nem faço ideia como é que apareceu.

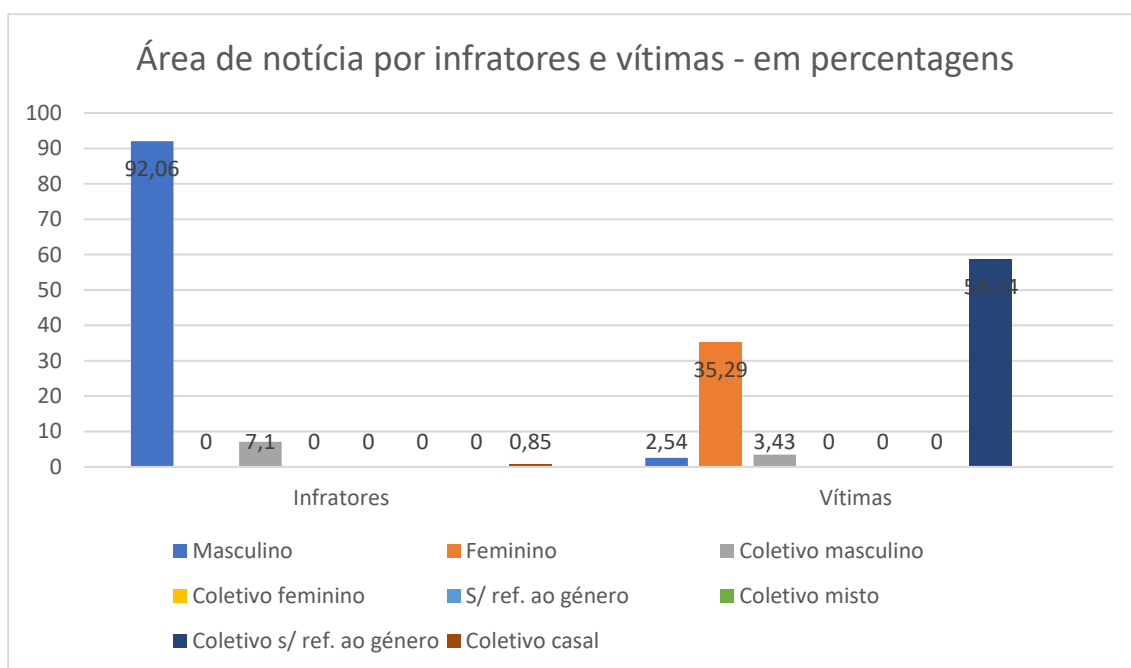
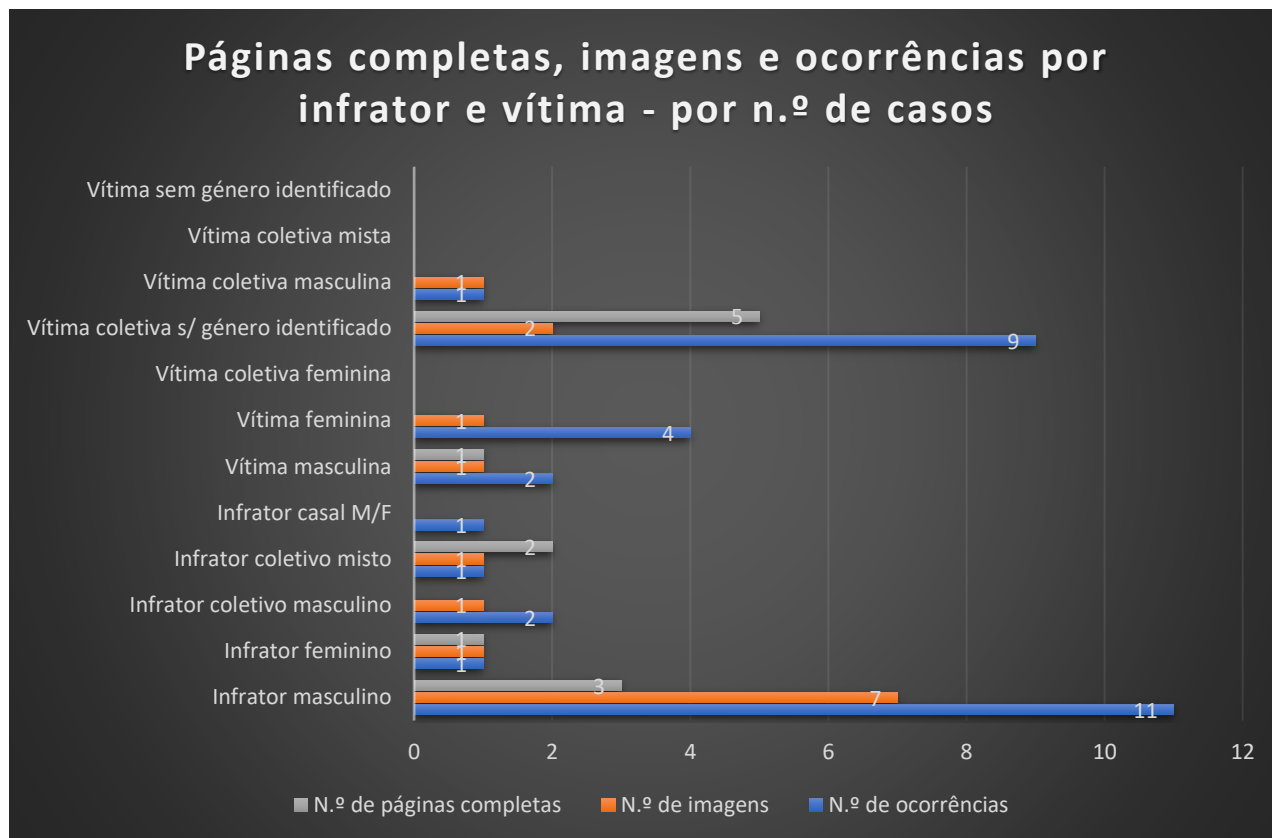
AF: ...como ela não apresentou queixa, o crime de violação não foi denunciado, agora não sei... Nós não tratámos dessa forma tão perentória, então tentámos perceber as outras formas de enquadrar.

M: Esse caso, mesmo no *Correio da Manhã*, não foi considerado. Lembro-me desse caso perfeitamente, mas não considerei.

Andreia Sanches procura a notícia no *site* do *Público* e mostra à entrevistadora as entradas sobre a mesma e trocaram endereços de e-mail.

Anexo III – Gráficos com dados do destaque por infrator e vítima no jornal

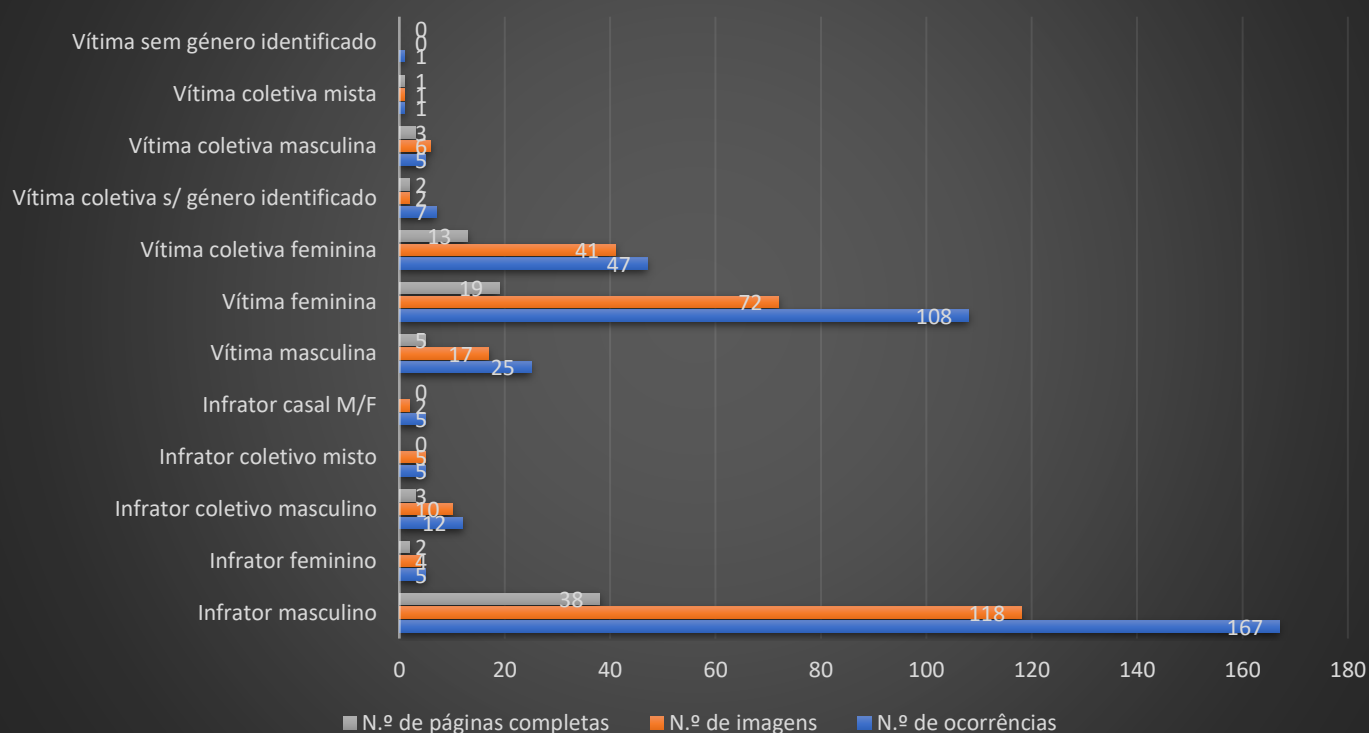
Público



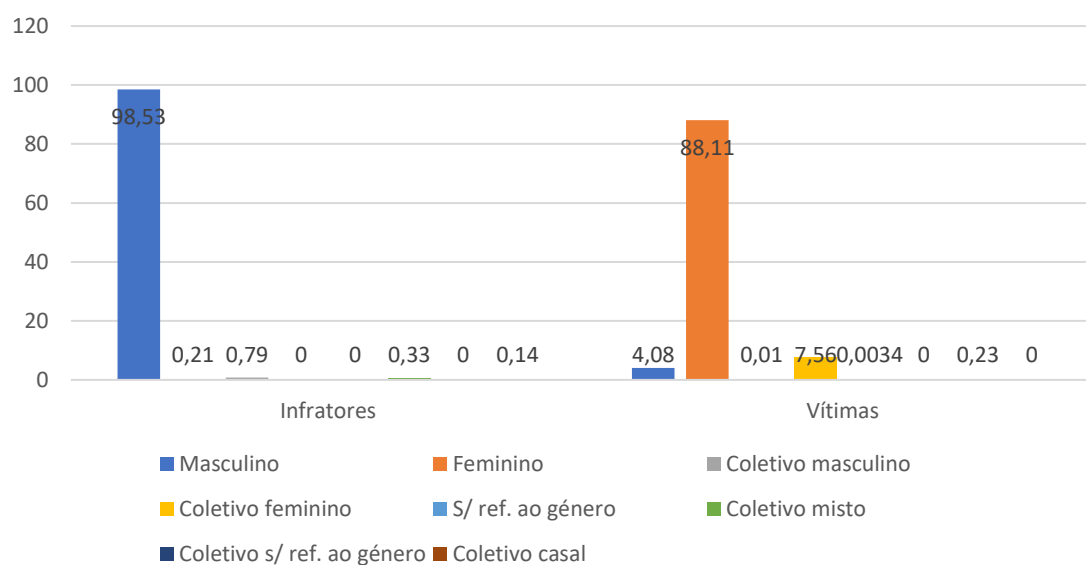
Anexo IV – Gráficos com dados do destaque por infrator e vítima no jornal

Correio da Manhã

Páginas completas, imagens e ocorrências por infrator e vítima - por n.º de casos



Área de notícia por infratores e vítimas - em percentagens



Anexo V – Tabelas de análise de dados recolhidos do jornal *Público*

Anexo VI – Tabelas de análise de dados recolhidos do jornal *Correio da Manhã*